



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 005

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE MARÇO DE 2003

ANO XXIX

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	Ângelo Vanhoni
<i>Líder da Oposição</i> .....	Durval Amaral
<i>PTB</i> .....	Valdir Rossoni
<i>PFL</i> .....	Plauto Guimarães
<i>PSDB</i> .....	Ademar Traiano
<i>PMDB</i> .....	Antonio Anibelli
<i>PPB</i> .....	Duílio Genari
<i>PT</i> .....	Luciana Rafagnin
<i>PDT</i> .....	Neivo Beraldin
<i>PSL</i> .....	Luiz Carlos Martins
<i>PL</i> .....	Chico Noroeste
<i>PPS</i> .....	Waldir Leite
<i>PSB</i> .....	Ratinho Júnior
<i>PSC</i> .....	Mauro Moraes

## *Representação Partidária*

*PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Aílton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Luciano Ducci - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.*

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 005ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
11 DE MARÇO DE 2003**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Natálio Stica, secretariada pelos senhores deputados Pastor Edson Praczyk e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Afílton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida.

**Aprovada.**

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeiro chamada nominal dos senhores deputados para aprovação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos senhores deputados.

(**É procedida a chamada nominal dos senhores deputados**)

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, havendo número suficiente de deputados, retiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Em votação a Ata.

**Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Indicações:**

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

Através do presente, apresento a V. Exa. a indicação dos membros da Bancada do PFL, que irão compor as Comissões Parlamentares de Inquérito, a serem instaladas nesta Casa de Leis.

- 01 - CPI PARANACIDADE

Titular - Elio Rusch

Suplente - Rafael Greca

- 02 - CPI JOGOS MUNDIAIS DA NATUREZA

Titular - Cleiton Kielse

Suplente - Nelson Justus

- 03 - CPI PEDÁGIO

Titular - Plauto Miró Guimarães

Suplente - Durval Amaral

- 04 - CPI COPEL

Titular - Durval Amaral

Suplente - Rafael Greca

- 05 - CPI BANESTADO

Titular - Nelson Justus

Suplente - Elio Rusch

Ao ensejo renovo a V. Exa. protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

Tem o presente o objetivo de indicar os representantes da Bancada do PPB, para comporem as Comissões Parlamentares de Inquérito recentemente criadas por esta Casa, conforme se segue:

**BANESTADO**

Titular - Miltinho Pupio

Suplente - Fernando Ribas Carli

**COPEL**

Titular - Ribas Carli

Suplente - Duílio Genari

**PARANACIDADE**

Titular - Cida Borghetti

Suplente - Duílio Genari

**JOGOS MUNDIAIS DA NATUREZA**

Titular - Fernando Ribas Carli

Suplente - Cida Borghetti.

**PEDÁGIO**

Titular Duílio Genari

Suplente - Ribas Carli

Sendo o que se nos apresente para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de elevada consideração.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) DUÍLIO GENARI

Líder do PPB

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

Pelo presente indicamos os deputados estaduais do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) para comporem as Comissões Parlamentares de Inquérito "CPI's" desta Casa de Leis como segue:

Comissão Parlamentar de Inquérito COPEL

Titular - Ademar Traiano

Suplente - Francisco Bühner

Comissão Parlamentar de Inquérito PARANACIDADE

Titular - Luiz Fernandes da Silva Litro

Suplente - Francisco Bühner

Comissão Parlamentar de Inquérito PEDÁGIO

Titular - Ademar Luiz Traiano

Suplente - Luiz Fernandes da Silva Litro

Comissão Parlamentar de Inquérito JOGOS MUNDIAIS DA NATUREZA

Titular - Luiz Fernandes da Silva Litro

Suplente - Francisco Bühner

Comissão Parlamentar de Inquérito BANESTADO

Titular - Francisco Bühner

Suplente - Luiz Fernandes da Silva Litro

Sendo o que se apresenta para o momento, finalizamos com votos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) ADEMAR TRAIANO

Líder do PSDB

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

Tem o presente, objetivo indicar, os representantes da Bancada do PPB, para comporem o Bloco Parlamentar Agropecuário, conforme se segue:

Titular - Duílio Genari

Suplente - Fernando Ribas Carli

Sendo o que se nos apresenta para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de elevada consideração.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) DUÍLIO GENARI

Líder do PPB

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

Vimos à presença de V. Exa., para indicar os deputados abaixo relacionados para comporem as CPI's, conforme segue:

- PARANACIDADE - Carlos Simões

- COPEL - Nelson Garcia

- JOGOS MUNDIAIS DA NATUREZA - Luiz

Accorsi

- BANESTADO - Ailton Araújo

- PEDÁGIO - Valdir Rossoni

- obs: Bloco Agropecuário - Jocelito Canto

Certos de contar com vossa costumeira atenção e manifestação favorável, renovamos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) VALDIR ROSSONI

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

Vimos por meio deste, mui respeitosamente, na condição de parlamentar integrante da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e atual líder da bancada do Partido Popular Socialista, indicar o deputado estadual Waldir Leite para que componha a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado ora instaurada.

Na oportunidade, apresentamos protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) WALDIR LEITE

Líder do PPS

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico, que o deputado Luciano Ducci irá compor a CPI do Banestado e para a CPI da Copel o deputado Ratinho Júnior.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

Líder do PSB

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

Sirvo-me do presente para informar a V. Exa. os deputados do Partido dos Trabalhadores indicados pela Bancada, para compor o Bloco Parlamentar Agropecuário, conforme segue:

Membros Titulares

Presidente - Elton Carlos Welter

Luciana Rafagnin

Padre Paulo

Suplentes

André Vargas

Pedro Ivo Ilkiv

Hermes Fonseca

Na oportunidade, aproveito o ensejo para renovar meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN  
Líder do PT

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 265

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, regime de urgência ao Projeto de Resolução nº 01/2003.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

### REQUERIMENTO Nº 266-A

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, destaque dos itens 05 e 07 da Ordem do Dia de hoje, para votação em separado, mantendo-se os demais para votação em bloco.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

### REQUERIMENTO Nº 263

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ampliação do número de membros da Comissão Parlamentar de Inquérito- CPI do Pedágio de 07 (sete) para 11 (onze) membros.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(aa) NEREU MOURA

Apoiamento:

Reni Pereira, Marcos Isfer, Pedro Ivo Ilkiv, Alexandre Curi, Dobrandino da Silva, Ademir Bier, Luiz Accorsi, Arlete Caramês, Ângelo Vanhoni, Renato Gaúcho, Ratinho Júnior, Cida Borghetti, Neivo Beraldin, Antonio Anibelli, Elton Carlos Welter, Tadeu Veneri, Vanderlei Iensen, Delegado Bradock, Waldir Leite, Ailton Araújo, Elza Correia e Pastor Edson Praczyk.

### REQUERIMENTO Nº 242

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 584/2002.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

### REQUERIMENTO Nº 239

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, licença para tratamento de saúde de 121 (cento e vinte e um) dias conforme atestado médico em anexo.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) NELSON TURECK

### REQUERIMENTO Nº 229

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUEREM o envio de pedido de revogação total e imediata da Portaria nº 507, de 20 de dezembro de 2002 à ministra de Estado do Meio Ambiente, Marina Silva, tendo em vista a referida portaria estabelecer em seu artigo 1º, inciso “V”, que:

Art. 1º - “São consideradas prioritárias para a criação de unidades de conservação federais, às áreas a seguir descritas: Tuneiras do Oeste (75 mil hectares), Cândói (91,5 mil hectares), Guarapuava (307,5 mil hectares) e Palmas (174 mil hectares).”

“V” - “todos os fragmentos florestais nativos da Floresta Ombrófila Mista primários e nos estágios médio avançado de regeneração, situados dentro da faixa de 10 quilômetros no entorno das áreas descritas nos incisos I a IV.”

As retromencionadas áreas são florestas consideradas equivocadamente como pertencentes à Mata Atlântica e que o Governo Federal deseja preservar, suspendendo o plantio de espécies exóticas no interior e no entorno das referidas áreas, até que sejam realizados estudos conclusivos e determinadas outras medidas de proteção e recuperação, conforme contido no artigo 4º da Portaria nº 507, anexo a este.

Os municípios atingidos pelas áreas das unidades de conservação e as áreas de entorno são os seguintes: Tuneiras do Oeste, Tapejara, Cianorte, Araruna, Cândói, Guarapuava, Cantagalo, Goioxim, Prudentópolis, Turvo, Irati, Inácio Martins, Palmas, Bituruna, Coronel Domingos Soares e General Carneiro.

Verificando as escritas cartográficas, as áreas de entorno são em geral maiores que a área da própria unidade de conservação e nelas estão contidas atividades agropastoris e florestais e até mesmo cidades inteiras.

Neste termos pedem deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópias do presente ao Ministério do Estado do Meio Ambiente e à Federação da Agricultura do Estado do Paraná, localizada à Rua Marechal Deodoro, 450 - 14º andar - CEP 80010-910 - Curitiba / Paraná.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

Apoiamento:

Ademir Bier, Antonio Anibelli, Dobrandino da Silva, Elza Correia, Delegado Bradock, Nereu Moura, Durval Amaral, Elio Rusch, Nelson Garcia, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Ade-

mar Traiano, Ailton Araújo, Augustinho Zucchi, Francisco Bühner, Hermas Brandão, Barbosa Neto, José Maria Ferreira, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho, Vanderlei Iensen, Carlos Simões, Miltinho Pupio, Valdir Rossoni, Duílio Genari, Luiz Fernando Ribas Carli, Cida Borghetti, Arlete Caramês, Marcos Isfer, Waldir Leite, Ratinho Júnior, Luciano Ducci, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Mauro Moraes e Jocelito Canto.

#### REQUERIMENTO Nº 247

Senhor Presidente:

O deputado estadual adiante firmado, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, a consignação de votos de profundo pesar nos Anais da Sessão de hoje, pelo falecimento do jovem Cássio Eduardo Weirich, ocorrido no último dia 08 de março, na cidade de Marechal Cândido Rondon.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este parlamentar, associa-se à dor da família Weirich, e respeitosamente encaminha a ela as mais sentidas condolências pela perda irreparável do pranteado filho e irmão.

Do aprovado, requer que seja dado ciência ao Sr. Valdir Weirich e família, através de correspondência a ser encaminhada à Rua 25 de Março, 373 - Vila Gaúcha - CEP: 85.960-000 - Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 248

Senhor Presidente:

O deputado estadual adiante firmado, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, a consignação de votos de profundo pesar nos Anais da Sessão de hoje, pelo falecimento de Heribert Hans-Joaquim Gasa, ocorrido no último dia 10 de março, na cidade de Marechal Cândido Rondon.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este parlamentar, associa-se à dor da esposa Dorotéia, e respeitosamente encaminha a ela as mais sentidas condolências pela perda irreparável do pranteado esposo.

Do aprovado, requer que seja dado ciência a Sra. Dorotéia Gasa, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Santa Catarina, 1045 - CEP: 85.960-000 - Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 233

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja determinada a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, um voto de congratulações para o município de Guaraqueçaba, pelo transcurso do 45º de aniversário de sua instalação oficial.

Requer-se ainda, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao senhor prefeito municipal e à Câmara de Vereadores de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) LUCIANO DUCCI

JUSTIFICATIVA:

A história deste importante município, conhecido principalmente pela riqueza cultural e ambiental, remota aos idos de 1545, quando os portugueses iniciaram a colonização local.

Elevado à categoria de município em 1880 é um dos mais antigos do Paraná.

Sua brava gente cultiva uma crescente consciência a respeito do singular ecossistema ali plantado pela natureza, sem dúvida um dos mais importantes do mundo.

Povo hospitaleiro, trabalhador e cultivador das tradições culturais, comemora 458 anos de uma história que merece não só congratulações mas o reconhecimento e a gratidão de todo o povo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 241

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulação ao médico geriatra João Batista Lima Filho de Cornélio Procópio.

A referida homenagem deve-se pelo trabalho voluntariado com os idosos, coordenado pelo Dr. João Batista, o qual influenciou diretamente a CNBB na escolha do tema da Campanha da Fraternidade deste ano: "Vida, dignidade e esperança - Fraternidade e pessoas idosas". O Dr. João Batista iniciou suas atividades com idosos em 1978 e hoje além de conhecer profundamente a realidade da terceira idade, vê suas ações estendidas para mais de 15 milhões de idosos em todo o país.

Requer, também, envio de correspondência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 245

Senhor Presidente:

O deputado estadual que firma o presente documento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após anuência do Plenário, que sejam encaminhadas as congratulações deste Poder ao pastor Mário Hort, pelos 30 anos de pastorado festejados, na passagem dos 45 anos de existência da Igreja de Deus, ocorrida no último dia 08 de março, com a presença deste parlamentar, no culto que abriu as comemorações festivas.

Do aprovado, requer ainda, seja dado ciência ao pastor Mário Hort pelos 30 anos bem sucedidos de pastorado e ao Sr. Geraldo Schulz, presidente do conselho, pela passagem dos 45 anos de existência da Igreja de Deus, através de correspondência a ser encaminhada a

Rua Sergipe, 1250 - CEP: 85960-000 - Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) ELIO RUSCH

#### JUSTIFICATIVA

A formação histórica da Igreja de Deus, do município de Marechal Cândido Rondon, é fruto de um trabalho plantado em rocha firme. Não se alicerçou sobre a areia.

Nascida sob a égide da fé, a Igreja de Deus, obteve a graça e a felicidade de ser dirigida, nos últimos 30 anos, pelo digno, honrado e distinguido Pastor Mário Hort, pessoa da mais alta reputação e que tem ao seu lado, como esposa, outra bela figura humana, chamada Natália. Formam um casal da mais alta nobreza. Da mais alta reputação moral.

Dos 45 anos de existência da Igreja no solo de Marechal Cândido Rondon, 30 anos, ficaram sob o ordenamento e a orientação do pastor Mário, que orgulha, diuturnamente, essa tradição religiosa.

Com a liderança implacável desse pastor, é inegável e inquestionável, a grandiosa colaboração dessa comunidade ordeira e cristã, em favor do progresso e do desenvolvimento do município.

A importância de cada membro, de cada família, tem sido fundamental para Marechal Cândido Rondon e, esses, ajudaram, de modo significativo, na sua edificação, consolidando-o e consagrando-o, como um dos municípios mais importantes do nosso organizado e pujante Estado do Paraná. Ajudaram, sobremaneira, no desbravamento do município.

Reverencio, portanto, a comunidade em seu todo, por ter peregrinado sempre, no caminho do bem, do amor, da ética, da moral e da paz, através do meu homenagem. A primeira igreja, de madeira, pequenina, construída no solo rondonense com alegria, mas também com muitos sacrifícios, na verdade, trouxe boas energias e prosperou, graças à fé inquebrantável de alguns pioneiros, heróis, dessa instituição religiosa.

Ela nasceu para a prosperidade.

Enquanto alguns segmentos da sociedade se ocupam somente com o resultado imediato, a efemeridade, ele prega, exatamente, o contrário: o que perpetua. Prega a necessidade de fundamentar a vida, nos valores permanentes, nos valores transcendentais. Nunca, o pastor e a Igreja de Deus, atribuíram valor, àquilo que não tem.

Da mesma forma, Ela, nunca deixou de preconizar no município, que a salvação dos homens, tem cunho social, comunitária e não individualizada, como alguns apregoam. Por isso, cresceu de maneira extraordinária e solidificadamente.

A bandeira da fraternidade e da solidariedade, é, por questão de justiça, sua marca. Todos podem atestar e testemunhar o extraordinário espírito de religiosidade, dos que, orgulhosamente, a compõem.

Expresso, por conseguinte, a minha alegria, em poder cumprimentar e me congratular com o pastor

Mário Hort, da Igreja de Deus, através deste Parlamento, pela bela caminhada de fé, efetivada nos 30 anos de frutífera existência, em Marechal Cândido Rondon.

Além de todas as virtudes citadas desse grande homem, pastor Mário Hort, é um patrimônio vivo de Marechal Cândido Rondon. De valor incalculável e inestimável.

#### REQUERIMENTO Nº 245-A

Senhor Presidente:

O deputado estadual que firma o presente documento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após anuência do Plenário, que sejam encaminhadas congratulações ao Conjunto Ecos da Liberdade, da Igreja de Deus, pela comemoração de seus 30 anos de existência, festejado nos últimos dias 08 e 09 de março.

Do aprovado, requer ainda, seja dada ciência ao pastor Mário Hort, responsável pela direção geral da Igreja de Deus, estabelecida no município de Marechal Cândido Rondon há 45 anos, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Sergipe, 1250 - CEP: 85960-000 - Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) ELIO RUSCH

#### JUSTIFICATIVA

A tradição do conjunto Ecos da Liberdade, da Igreja de Deus, em Marechal Cândido Rondon, é inquestionável. Há 30 anos figura como agente, de bons agouros e bons presságios,

O conjunto Ecos da Liberdade, decidiu buscar, desde os anos 70, através da música, um meio ainda melhor, de louvar e bendizer ao Senhor.

Ele faz, na verdade, da música cantada e executada, uma verdadeira obra de ação de graças, arrancando de platéias, tanto nacionais, como internacionais, aplausos e elogios de toda espécie e dos mais acalorados.

Coordenado pelo pastor Mário tem, durante esses 30 anos de existência, difundido, através da música, os valores permanentes e transcendentais, que aproximam os homens e os eleva para mais perto de seu Criador. É formado por pessoas especiais e essas, conforme sempre tenho anunciado, merecem destaque e reconhecimento.

Por isso, alegra-me muito poder, através deste Parlamento, cumprimentar e congratular-me com esse magnífico grupo de pessoas, pertencentes à tradicional e abençoada Igreja de Deus.

Além das apresentações que fazem pelo Brasil e exterior, ele ainda, têm, contabilizados, em sua bela trajetória e história, inúmeros discos e CD's gravados, promovendo com a música sacra, um permanente hino de louvor a Deus.

Diante de um mundo que parece querer o triunfo do mal, é, para este parlamentar, confortante enaltecer àqueles que proclamam o bem, o amor e a paz. E esta condição conforta.

A trajetória, portanto, desse grupo de pessoas da Igreja de Deus, denominado, Conjunto Ecos da Liber-

dade, é fantástica e um exemplo de valores éticos e religiosos, consagrados ao bem-estar dos homens e a Deus. Exemplo a ser imitado e seguido.

Tendo na direção o pastor Mário, pessoa de excessiva bondade, e fácil convívio, agradável e que consagra a vida em favor do bem, o referido conjunto, só poderia ser bem sucedido e ter essa longevidade. O mérito é, portanto, digno das congratulações deste Parlamento paranaense.

#### REQUERIMENTO Nº 238

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao presidente da Eletrosul, Sub-Estação do município de Londrina para que não sejam demitidos funcionários com a implantação do Sistema Telecontrole.

O presente requerimento deve-se pela situação que estão vivendo os funcionários da Eletrosul. Com a implantação do sistema Telecontrole estão previstas várias demissões o que sem dúvida trará um enorme prejuízo social para Londrina e região.

Requer ainda que conste no expediente, sugestão à direção da empresa para que crie programa de retreinamento destinado aos funcionários para o seu aproveitamento em novas funções, bem como programas de realocação no mercado de trabalho assegurando-lhes os benefícios necessários ao seu bem-estar social.

Sala das Sessões, em 11.03.2003

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 240

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Bancada Paranaense no Congresso Nacional em Brasília para que votem contra o Projeto de Lei nº 3285-C de autoria do ex-deputado Fábio Feldman.

O presente requerimento deve-se pelo enorme prejuízo que tal projeto trará ao setor produtivo no Estado do Paraná. O projeto trata da conservação, proteção e utilização dos ecossistemas atlânticos, patrimônio nacional, mas acaba criando sérios problemas para a agropecuária e silvicultura do nosso estado e que por isso deverá ao menos ser revista sua área de abrangência.

Requer, também, envio de correspondência a toda bancada paranaense no Congresso Nacional na capital federal da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 266

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM,

após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Ministério do meio Ambiente, à Sra. Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima, solicitando, na medida do possível, seja revisto alguns itens da Portaria nº 507/2002 do MMA, por tratar-se de pontos que merecem maior estudo inclusive junto às entidades relacionadas, a produção agropecuária e de defesa ao meio ambiente.

O referido pedido se justifica pelo fato de a citada Portaria estar sendo duplamente interpretada, em seu artigo 4º, onde cita “espécies exóticas”, bem como a necessidade de rever a faixa de 10 quilômetros do entorno, exigência prevista no artigo 1º, V da referida Portaria.

Na pretendida revisão objetivamos a devida preservação da Mata Atlântica, bem como não prejudicar a produção agrícola do Estado do Paraná e outros Estados constantes na Portaria.

(aa) ÂNGELO VANHONI, PEDRO IVO ILKIV, ELTON CARLOS WELTER, ANDRÉ VARGAS, MARCOS ISFER, LUCIANA RAFAGNIN E TADEU VENERI.

#### REQUERIMENTO Nº 232

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, vem à ilustre presença de V. Exa. e aos demais pares desta egrégia Casa para REQUERER, após ouvido o Plenário, que seja enviado correspondência ao Exmo. Sr. Waldir Hortêncio Pugliesi, digníssimo secretário de Estado dos Transportes, solicitando medidas urgentes e imprescindíveis no sentido de determinar o alargamento da caixa da pista de rolamento da PR-558, trecho: perímetro urbano de Campo Mourão a Nova Santa Casa de Misericórdia, possibilitando a demarcação de terceira pista, bem como a construção do trevo de acesso à mesma.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Com a inauguração das instalações da Santa Casa de Misericórdia de Campo Mourão às margens da PR-558 (Campo Mourão - Araruna), transformada em Hospital Regional, faz-se necessário que medidas urgentes sejam tomadas com o objetivo de oferecer segurança àqueles que para ali se dirigem em busca de atendimento médico-hospitalar.

A PR-558 conta com pista de rolamento simples em toda a sua extensão, sem acostamentos. Por esta razão e em especial o trecho de acesso à Nova Santa Casa, requer medidas urgentes e absolutamente imprescindíveis no sentido de adequar aquele pavimento, alargando a pista, proporcionando a demarcação de uma terceira faixa, que por certo trará segurança e rapidez no acesso ao Hospital, através de trevo apropriado.

#### REQUERIMENTO Nº 260

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, os adiante nominados deputados com assento nesta Casa de Leis,

REQUEREM à Mesa seja oficiado ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Oto Sponholz, solicitando os bons préstimos de chefe do Poder Judiciário no sentido de viabilizar a elevação da Comarca de Sarandi à entrância intermediária, em caráter de urgência, bem como a criação de mais duas varas naquele foro.

Já estão cumpridos os pressupostos do artigo 205 e parágrafo único do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Paraná, exigidos para a mencionada elevação da Comarca.

A Comarca de Sarandi foi criada no dia 20 (vinte) de novembro de 1996 e, com pouco mais de seis anos, já possui em tramitação 13.914 processos, uma carga que inviabiliza uma prestação jurisdicional rápida, apesar dos esforços do órgão judicante cuja pauta de audiência já está sendo marcada para o ano de 2005.

Além da elevação da Comarca à entrância intermediária, é essencial para a distribuição eficiente do trabalho a criação de mais duas varas. Uma vara ficaria movimento cível e Juizado Especial Cível (3.608 processos cíveis e 5.607 do Juizado Especial Cível), uma com o movimento criminal e Juizado Especial Criminal (1.987 processos criminais e 836 do Juizado Especial Criminal) e a terceira com o movimento da família e da infância e Juventude (952 e 924 processos), cumulando ainda a Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Do dia 2 (dois) de janeiro até o dia 31 (trinta e um) de dezembro de 2002, foram distribuídos para o Cartório Cível, incluindo família, infância e juventude, 1.358 ações cíveis, sendo 593 cíveis, 441 da família e 324 da infância e juventude. Excetuam-se desses números as 547 cartas precatórias e 456 execuções fiscais existentes hoje naquele foro.

No mesmo período acima citado, foram distribuídas 142 ações penais, sendo 87 da justiça e 55 do Juizado Especial, e 328 procedimentos do juizado especial criminal (termos circunstanciados), além de 589 cartas precatórias e 354 inquéritos policiais.

Portanto, no ano de 2002, foram distribuídos 1.500 processos, excetuando-se execuções fiscais, cartas precatórias cíveis e criminais, inquéritos policiais, termos circunstanciados e incidentes.

Cabe salientar que tramitam, no Juizado Especial Cível 5.607 reclamações.

Na Comarca de Sarandi atuam dois promotores de justiça, sendo que o substituto atua exclusivamente naquela comarca, sem cumulação de outras funções. Em compensação, apenas um juiz de direito atende a todo movimento da comarca e cumula ainda as funções eleitorais.

Segundo o último senso oficial, a sede da comarca de Sarandi tem população de 80.000 habitantes, estando entre os maiores municípios deste Estado, com crescimento anual estimado em 4,6% conforme levantamento feito pelo jornal Folha de São Paulo, representando crescimento populacional de 3.680 pessoas por ano.

Sarandi é uma das maiores Comarcas de Entrância Inicial do Estado do Paraná. É também maior que as seguintes Comarcas de Entrância Intermediária: Pato Branco (57.724 habitantes), que conta com quatro juízes; Cianorte (52.430 habitantes), que tem três juízes; Cornélio Procopio (46.562 habitantes), Castro (58.537 habitantes), Rolândia (44.374 habitantes) Telêmaco Borba (57.047 habitantes) e Marialva (25.258 habitantes), todas com dois juízes cada; Irati (51.008 habitantes), Astorga (23.239 habitantes) e Nova Esperança (25.835 habitantes).

Também o número de oficiais de justiça, apenas 02 (dois), é insuficiente, obrigando a magistrada a se valer de oficiais *ad hoc* especialmente para atender as execuções fiscais e processos criminais que são em grande número.

Destaca-se que durante as férias forenses o andamento dos processos nas Comarcas que compõem a 56ª sessão judiciária é extremamente prejudicado pois o Juiz Substituto não consegue atender a comarcas tão distintas e tão distantes ao mesmo tempo.

Atualmente, tanto Marialva como Sarandi pertencem à sessão judiciária de Nova Esperança, a qual dista, aproximadamente, setenta quilômetros de Mandaguaçu e Paranacity, todas bem distantes entre si e de grande movimento e que a comarca de Mandaguari pertence à sessão judiciária de Apucarana, também bastante distante.

Seria de maior eficiência para a nova sessão judiciária se Sarandi, comarca de maior movimento, fosse a sede, permitindo que o juiz substituto tivesse maiores possibilidades de auxiliar os respectivos juízes titulares com mais presteza, também nas comarcas de Marialva e Mandaguari.

Diante do exposto e considerando a importância da prestação jurisdicional para o desenvolvimento da comunidade da região de Sarandi, é fundamental que se envie para a Assembléia o projeto solicitado de início, elevando Sarandi à entrância intermediária, além da criação de mais duas varas naquele foro.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(aa) CIDA BORGHETTI  
PADRE PAULO

#### REQUERIMENTO Nº 249

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER encaminha de expediente ao presidente da Sanepar, solicitando informar qual o número de consumidores de baixa renda que, no Estado do Paraná, consomem até 10 metros cúbicos de água mensais.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) VALDIR ROSSONI

#### REQUERIMENTO Nº 250

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER encami-



nhamento de expediente ao presidente da Copel, solicitando informar qual o número de consumidores de baixa renda que, no Estado do Paraná, consomem mensalmente até 100Kw/h de energia elétrica.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) VALDIR ROSSONI

### Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º - O *caput* do artigo 128, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 128 - Indicação é a proposição de qualquer deputado ou comissão, com o cunho de sugerir a adoção de medidas por parte das Comissões Permanentes da Assembléia, podendo também objetivar o envio de sugestão a qualquer agente público de outros Poderes e a agentes privados.”

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) HERMES FONSECA

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de alteração do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, visa corrigir incongruência existente, até que se ultimem a elaboração do novo Codificado de Regimento Interno. A medida objetiva possibilitar aos senhores deputados ou às Comissões Permanentes e Especiais, a proporem indicações, na forma disciplinada na Seção II, do Capítulo I, do Título IV, que trata da elaboração legislativa.

A indicação é uma proposição que diverge do requerimento, pois sofre o exame do processo legislativo de forma completa, possui iniciativa, análise das Comissões, deliberação de Plenário, visando colher a aprovação do colegiado de deputados deste Parlamento, para o envio de sugestões e indicações a agentes públicos e privados.

As proposições autorizatórias inconstitucionais, principalmente quando querem autorizar o Poder Executivo a agir quando o mesmo já está constitucionalmente autorizado, estabelece uma redundância legislativa, sendo que a indicação possibilita sanar tais vícios que precisam ser extirpados da prática deste parlamento.

A partir da aprovação desta resolução, pós-publicidade, o Plenário através de proposição de indicação de qualquer deputado ou comissão, poderá sugerir medidas a ministros de Estado, secretários de Estado, instituições e entidades, empresas privadas, organizações, federações e sindicatos, enfim a qualquer agente público ou privado, contemplando uma antiga aspiração desta Casa de Leis,

ou seja, agir e sugerir sem promover uma inconstitucionalidade.

Mister informar, que nós parlamentares poderemos alertar aos órgãos públicos e instituições privadas, sobre a necessidade da tomada de medidas, com o cunho de sugestão, sem extrapolarmos nossa esfera de competências constitucionalmente estabelecidas e regimentalmente normatizadas.

Por tratar-se de iniciativa que visa fortalecer e instrumentalizar a atividade do Poder Legislativo, peço o devido apoio à presente proposta.

### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 093/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Regional dos Presidentes de APM's das Escolas Estaduais e Municipais jurisdicionadas ao Núcleo de Foz do Iguaçu - Arepeem, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### JUSTIFICATIVA

A Associação Regional dos Presidentes de APM's das Escolas Estaduais e Municipais jurisdicionadas ao Núcleo de Foz do Iguaçu - Arepeem, com sede em Foz do Iguaçu, é uma entidade sem fins lucrativos, tendo por finalidade a integração entre as diretorias das APM's e APA's, visando o aperfeiçoamento, promoção, defesa e reconhecimento de suas atividades de classe, bem como apresentar sugestões e buscar alternativas junto a órgãos governamentais e não governamentais objetivando melhor qualidade do ensino.

A documentação anexa ao presente demonstra que a instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo portanto o apoio dos nobres pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 094/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Regional de Pais Presidentes de APM's e APPF's de Escolas Estaduais e Municipais de Curitiba e Região Metropolitana - ARPPA, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Regional de Pais Presidentes de APM's de Escolas Estaduais e Municipais de Curitiba e Região Metropolitana - ARPPA, com sede e foro nesta Capital, é uma entidade sem fins lucrativos, instituída com a finalidade de incentivar a criação de APM's/APA's, tendo por objetivo assistir e orientar todos os presidentes representantes de APM's de escolas municipais e estaduais de Curitiba e região metropolitana, buscando soluções para problemas, anseios e propostas da comunidade em prol de uma educação pública de qualidade.

A documentação anexa ao presente demonstra que a instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87 e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo portanto o apoio dos nobres pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 095/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a criar a 4ª Companhia da Polícia Militar no Município de Palmas.

Parágrafo Único - A 4ª Companhia da Polícia Militar de Palmas, terá como abrangência, além do seu território, os municípios de Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa e Mangueirinha.

Art. 2º - Caberá à Secretaria de Estado da Segurança Pública ceder as instalações e os equipamentos necessários bem como os funcionários que comporão o destacamento militar.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Os dados do senso demográfico de 2000, revelam que o município de Palmas está entre os municípios que mais cresceram no Paraná, atingindo uma taxa superior a 5%, ultrapassando a marca de 35.000 habitantes. Por ser pólo industrial e educacional, Palmas recebe semanalmente 5000 pessoas provenientes de outras municipalidades.

A criação da 4ª Companhia da Polícia Militar contribuirá também com a melhora na área da segurança pública dos municípios de Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa e Mangueirinha, beneficiando aproximadamente cem mil habitantes daquela região, minimizando o excesso de trabalho realizado atualmente pelo Batalhão da Polícia Militar de Pato Branco.

PROJETO DE LEI Nº 096/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar os seguintes cargos nos Núcleos Regionais de Educação, através da Secretaria de Estado da Educação, nos municípios de Jaguariaíva e Laranjeiras do Sul.

I - 01 (um) cargo de Chefe de Núcleo;

II - 01 (um) cargo de Assistente Técnico.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A presente medida se faz necessária e urgente, pois nos dois municípios existe núcleos regionais de educação, sem chefes e sem assistentes técnicos, inviabilizando assim que haja a correta coordenação dos trabalhos, assim como a eficiência dos serviços por ele prestados.

Como exige a Constituição Estadual que os serviços públicos sejam eficientes, o presente projeto visa dar exatamente esta qualidade aos referentes núcleos, para que estes possam dignamente servir às comunidades necessidade de seus préstimos.

PROJETO DE LEI Nº 097/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa Primeiro Emprego - PPE, objetivando promover a inserção de jovens no mercado de trabalho e sua escolarização, estimular o desenvolvimento das cooperativas e das empresas, bem como das propriedades do setor rural, das entidades sem fins lucrativos, dos profissionais liberais e/ou autônomos, fortalecendo a participação da sociedade no processo de formulação de políticas e ações de geração de trabalho e renda.

§ 1º - Estarão habilitados aos benefícios desta lei, os jovens com idade compreendida entre 16 e 24 anos, regularmente inscritos no programa, e que não tenham tido nenhuma relação formal de emprego.

§ 2º - Dentro de um prazo de até 06 (seis) meses, o inscrito deverá comprovar através de documentação hábil, a matrícula e frequência no ensino fundamental, médio ou superior.

§ 3º - Executam-se das disposições dos parágrafos 1º e 2º, os jovens de 16 a 24 anos:

a) portadores de necessidades especiais;

b) portadores de altas habilidades;

c) vinculados a programas de inserção social coordenados ou supervisionados pelo Poder Judiciário;

d) egressos do sistema penal;

f) jovens que tenham sido contratados na condição de aprendizes.

§ 4º - Às contratações previstas no parágrafo anterior não se aplica o limite estabelecido no § 3º do artigo 4º desta lei.

§ 5º - As relações de emprego beneficiadas com os incentivos desta lei devem estar regulares perante a legislação federal do trabalho e da previdência, cabendo ao empregador todos os ônus, inclusive os encargos sociais.

Art. 2º - O Programa Primeiro Emprego - PPE, ora instituído será coordenado e supervisionado pela Secretaria do Estado do Emprego e Relações do Trabalho, e contará com a colaboração do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, dos municípios, dos Conselhos da Criança e do Adolescente, dos sindicatos das categorias profissionais e econômicas e de outras organizações sem fins lucrativos, governamentais ou não.

Parágrafo Único - Os municípios poderão participar do programa mediante o desenvolvimento de ações complementares, no âmbito de suas competências.

Art. 3º - As inscrições dos jovens no Programa Primeiro Emprego - PPE, serão efetivadas nas Unidades do Sistema Nacional de Emprego - Sine e nas Prefeituras Municipais.

§ 1º - Quando da implementação do programa estarão automaticamente inscritos, atendidos os critérios estabelecidos nesta lei, os candidatos já cadastrados das unidades do Sine, nos últimos 06 (seis) meses.

§ 2º - Nos locais de inscrição deverá ser afixada, mensalmente, a relação dos inscritos no programa, bem como daqueles já encaminhados e aproveitados nas empresas.

§ 3º - O encaminhamento às empresas deverá obedecer, no que couber, a ordem cronológica de inscrição, respeitada as propriedades para preenchimento das vagas estabelecidas nesta lei.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a repassar à empresa participante do Programa Primeiro Emprego - PPE o valor mensal equivalente ao piso salarial da categoria profissional em que o jovem está ingressando, fixado em convenção ou acordo coletivo de trabalho ou decisão normativa, até o limite máximo de 02 (dois) salários mínimos por jovem contratado, pelo período máximo de 06 (seis) meses do contrato de trabalho.

§ 1º - Não havendo piso estabelecido em convenção ou de acordo coletivo de trabalho ou decisão normativa, o valor repassado à empresa será equivalente a 01 (um) salário mínimo por jovem contratado.

§ 2º - O empregador habilitado com até 10 (dez) empregados poderá contratar, nos termos desta lei, até 02 (dois) jovens, e o que possui mais de 10 (dez) empregados poderá contratar até 20% (vinte por cento) de sua força de trabalho através do programa.

§ 3º - Terão prioridade para preenchimento das vagas oferecidas pelo programa os jovens oriundos de famílias em situação de pobreza e que estejam cursando o ensino fundamental.

§ 4º - Será assegurado ao jovem a proteção da legislação trabalhista e das convenções ou de acordos coletivos de trabalho ou decisões normativas aplicáveis à categoria profissional a que estiver vinculado.

§ 5º - Serão destinados preferencialmente a jovens portadores de necessidades especiais 10% (dez por cento) dos novos postos de trabalho, decorrentes desta lei.

Art. 6º - Poderão habilitar-se a participar do Programa Primeiro Emprego - PPE, mediante a assinatura de Termo de Adesão com o Estado, as cooperativas, as empresas, os proprietários de áreas rurais, as entidades sem fins lucrativos, os profissionais liberais e os autônomos, assim definidos no regulamento.

§ 1º - Os empregadores referidos no *caput* deste artigo não poderão ter reduzido os postos de trabalho nos 03 (três) meses que antecederem à sua habilitação.

§ 2º - O empregador, respeitada a legislação trabalhista, e na forma do regulamento, poderá, mantendo o posto de trabalho, substituir o jovem contratado no âmbito deste programa.

§ 3º - A empresa que reduzir o número de postos de trabalho e/ou descumprir os direitos previstos no parágrafo 5º do artigo 4º desta lei durante sua participação no programa, além de inabilitar-se para participação futura, deverá devolver ao Estado, na forma do regulamento, os valores recebidos.

§ 4º - As empresas e os proprietários de áreas rurais referidos no *caput* deverão declarar regularidade das suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias nos âmbitos estadual e federal.

§ 5º - Os empregadores referidos no *caput* deste artigo deverão manter os novos postos de trabalho, relativos aos benefícios desta lei, por um período suplementar de igual duração ao do benefício usufruído.

§ 6º - Os termos de adesão a que se refere o *caput* deste artigo somente terão validade sete dias após a aplicação, no Diário Oficial do Estado, de uma súmula em que conste o nome do empregador habilitado, o nome do jovem contratado, o município sede do empregador, o prazo do contrato e o valor mensal a ser repassado pelo Estado.

Art. 8º - O Poder Executivo publicará no Diário Oficial do Estado, trimestralmente, quadro demonstrativo do Programa Primeiro Emprego - PPE, que deverá informar o nome da empresa habilitada, município de localização, número de postos de trabalho gerados e data da admissão do jovem contratado.

Art. 9º - Os recursos para o Programa Primeiro Emprego - PPE serão oriundos do Tesouro do Estado e de outras fontes, mediante convênios com a União, municí-

pios, entidades governamentais ou não governamentais, nacionais ou estrangeiras.

Parágrafo Único - A distribuição dos recursos referidos no *caput* obedecerá à seguinte proporcionalidade:

- a) 60% (sessenta por cento) direcionados aos inscritos com formação de ensino fundamental;
- b) 40% (quarenta por cento) aos demais inscritos.

Art. 10 - As entidades sem fins lucrativos, portadoras de título de Utilidade Pública Estadual, ficarão liberadas da obrigação prevista no artigo 6º, parágrafo 5º, desta lei, desde que comprovem contratação, durante a vigência de seus termos de adesão, por outro empregador, do jovem por elas inicialmente contratado.

§ 1º - Fica vedado o benefício decorrente do Programa Primeiro Emprego ao jovem que dele já tenha participado.

§ 2º - As entidades sem fins lucrativos que cumprirem o disposto neste artigo poderão, de imediato, efetuar a contratação de outro jovem através do Programa Primeiro Emprego.

Art. 11 - Cumprido o disposto nesta lei, os empregadores que contratarem pessoas portadoras de necessidades especiais ou de altas habilidades, jovens vinculados a programas de inserção social, coordenados ou supervisionados pelo Poder Judiciário ou outras entidades legalmente habilitadas ou jovens egressos do sistema penal, independente de sua idade, terão direito ao repasse de que trata o artigo 4º desta lei pelo período de, no máximo, 12 (doze) meses.

§ 1º - Para habilitarem-se ao benefício, os empregadores comprometer-se-ão a manter os postos de trabalho aos jovens enquadrados nos casos previstos no *caput*, pelo período de 12 (doze) meses.

§ 2º - As contratações realizadas com base neste artigo ficam liberadas da obrigação prevista no artigo 6º, § 5º, desta lei.

Art. 12 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no que couber.

Art. 13 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) NATÁLIO STICA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei vem na esteira da política de geração de emprego do Governo Federal e dos compromissos de campanha do atual Governo do Estado. Uma política de geração de emprego dando oportunidade de que jovens obtenham experiência profissional é um passo importante para a conquista da cidadania plena, e da inserção desses em definitivo na sociedade.

Os dados têm demonstrado que o número de desempregados no Brasil se concentra entre os jovens, isto é, do total de desempregados, cerca de 30% são jovens entre 16 e 24 anos.

A queda da renda familiar provocada pela relativa estagnação da economia, a alta taxa de desemprego e a inadequação do sistema de ensino vêm gerando um número cada vez maior de jovens que não conseguem ingressar e permanecer no mercado de trabalho. O primeiro emprego para o jovem equivale, no mínimo, a abrir uma janela de esperança para seu futuro e o de suas famílias.

Uma política que aliará efeitos a curto e longo prazo. Curto pois transformará uma realidade de forma imediata, e a longo prazo, pois promoverá um equilíbrio maior na sociedade, promovendo a inclusão social.

Com baixos custos, que certamente serão revertidos com a criação desses postos de trabalho o Estado do Paraná poderá ter uma opção de vida cidadã aos seus jovens.

#### PROJETO DE LEI Nº 098/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Considerando o artigo 170, V, da Constituição Federal, e os artigos 6º, IV e 39, I do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078/90), e ainda considerando os artigos 23, I e 30, I e II da Constituição Federal, fica proibida a cobrança de quaisquer valores para a consumação, exigidos a título de “Consumação Obrigatória” ou “Consumação Mínima”, de produtos em bares, boates, danceterias, casas de show e similares no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Os estabelecimentos citados acima poderão cobrar valores a título de ingresso, ou entrada, ficando apenas proibida a sua vinculação ao consumo de quaisquer produtos.

Art. 2º - Os estabelecimentos referidos na presente lei, poderão, como de praxe, comercializar bebidas e lanches com os consumidores, porém, não poderão induzir os mesmos ao consumo de bebidas e outros produtos cobrando, além do valor de entrada, o valor adicional correspondente à “Consumação Obrigatória”, ou “Consumação Mínima”.

Art. 3º - Ao estabelecimento que infringir os dispostos dos artigos 1º e 2º do presente dispositivo legal, ser-lhe-á aplicada a multa no valor de 100 vezes o preço cobrado pela “consumação obrigatória” ou “consumação mínima”.

§ 1º - Nos casos em que o valor cobrado pelo estabelecimento a título de consumação obrigatória, ou consumação mínima for superior ao preço de qualquer

bebida alcoólica, a multa é agravada para 250 vezes o valor cobrado pela consumação.

§ 2º - Em caso de reincidência o valor da multa será 2 vezes o valor estipulado no *caput* ou no § 1º do presente artigo, conforme o caso.

§ 3º - As sanções impostas neste artigo poderão ser aplicadas sem prejuízo de qualquer outra sanção imposta por órgãos de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou decisão judicial.

Art. 4º - A fiscalização e aplicação desta lei ficará a cargo do Procon/PR, por si e mediante delegação aos órgãos de defesa do consumidor em nível municipal.

Art. 5º - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) NATÁLIO STICA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei se justifica em um duplo aspecto: primeiro, visa a satisfazer a orientação constitucional traçada no artigo 23, I, de nossa Carta Magna, e, segundo, vem ao encontro dos interesses de extrema relevância para a sociedade paranaense.

Quanto à primeira razão aduzida (artigo 23, I, que prescreve que é dever comum da União, Estados e Municípios zelar pela guarda da Constituição e da leis), temos que o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8078/90, é claro em seu artigo 39, inciso I, que é vedado a qualquer estabelecimento condicionar o fornecimento de um produto, ou serviço, ao fornecimento de outro, senão vejamos:

“Art. 39 - É vedado ao fornecedor de produtos e serviços:

I - condicionar o fornecimento de produto ou serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos”.

Neste mesmo viés, o artigo 6º, IV do mesmo dispositivo legal afirma:

“Art. 6º - são direitos básicos do consumidor:

IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como, contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.”

Com o exposto temos claro que o Estado do Paraná, por intermédio desta Casa de Leis, tem o dever de zelar pelo dispositivo legal que protege os consumidores de práticas abusivas e coercitivas tais como a cobrança de consumação obrigatória. Assim o presente projeto tem o objetivo de explicitar a proibição de vincular o fornecimento de um serviço a outro.

Sendo notório que no Paraná inúmeros são os estabelecimentos que praticam a cobrança de consumação obrigatória, violando os dispositivos legais acima mencionados, e causando um dano ao coletivo dos consumidores paranaenses. Não bastasse essa prática ser abusiva e

coercitiva, ela induz nossos cidadãos ao consumo de bebidas alcoólicas e outros produtos, já que estes não querem “sair no prejuízo”, uma vez que são obrigados a pagar a consumação obrigatória, consomem o valor no bar daquele estabelecimento.

Essa indução ao consumo, provoca aumento de consumo de bebidas alcoólicas, já que na maior parte dos estabelecimentos o valor cobrado pela consumação obrigatória é suficientemente alto a ponto de desestimular a compra de refrigerantes e sucos, e incentivar o consumo de bebidas alcoólicas. Como exemplo poderíamos citar um estabelecimento que cobra R\$10,00 de consumação obrigatória, e no seu bar cobra R\$1,00 o refrigerante, R\$2,00 a cerveja e R\$4,50 a caipirinha. Qual seria o consumidor que compraria 10 refrigerantes?

Como agravante deste quadro, em grande número de estabelecimentos que cobram esta consumação obrigatória, os frequentadores são menores de 18 anos, que são compelidos a consumirem bebidas alcoólicas. Por essas razões, o presente projeto de lei é de suma importância para a nossa sociedade. Tanto para os paranaenses consumidores, como para os pais de menores que frequentam os referidos estabelecimentos.

#### PROJETO DE LEI Nº 099/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Francisco de Assis Lemos de Souza.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

#### CURRICULUM VITAE:

##### 1. Dados Pessoais:

1.1 - Francisco de Assis Lemos de Souza.

1.2 - Filiação: João Cânciao de Souza e Isabel Lemos de Souza.

1.3 - Nascimento: 7 de março de 1929.

1.4 - Nacionalidade: brasileira.

1.5 - Naturalidade: Areia, Estado da Paraíba.

1.6 - Estado Civil: casado.

1.7 - Esposa: Nydia Franca Lemos de Souza.

1.8 - Filhos: Isabel Maria, Ana Lúcia, Maria Teresa, Francisco de Assis Filho e Maria Verônica.

1.9 - Profissão: engenheiro agrônomo.

1.10 - Endereço Residencial: SQN 111, Bloco J, AP. 407 - Asa Norte - Brasília / DF - CEP 70754-100 / Telefone: (61)349-2919.

##### 1.11 - Documentação:

1.10.1 - Identidade: RG 6.855.978-2 SSP-PR.

1.10.2 - CPF: 006.827.059-34.

1.10.3 - CREA: 21.052 D/PR.

## 2. Formação Escolar:

2.1 - Curso Primário: Colégio Diocesano Pio X - João Pessoa / PB - 1938 a 1941.

2.2 - Curso Ginásial e Científico: Colégio Estadual da Paraíba - João Pessoa / PB - 1942 a 1948.

2.3 - Curso Superior: Escola de Agronomia do Nordeste - Areia / PB - 1949 a 1953.

### 2.4 - Pós-Graduação

2.4.1 - Curso Extraordinário sobre Problemas Brasileiros - Instituto Superior de Problemas Brasileiros - ISEB - Rio de Janeiro - 1958.

2.4.2 - Curso de Análise Econômica - Conselho Nacional de Economia - Rio de Janeiro - 1959.

2.4.3 - Curso de Análise de Projetos - Sudene - Recife - 1961.

2.4.4 - Curso de Economia Cafeeira - IBC - Rio de Janeiro - 1965.

## 3. Atividades Estudantis:

3.1 - Presidente do Diretório Acadêmico - Escola de Agronomia do Nordeste - 1950, 1951 e 1952.

3.2 - Fundador e presidente da União Estadual dos Estudantes da Paraíba - UEEP - 1952.

3.3 - União Nacional dos Estudantes - UNE - Congressos de 1950, 51 e 52.

## 4. Atividades Profissionais:

4.1 - engenheiro Agrônomo - Estação Experimental do Algodão - Cruzeta / RN - 1953;

4.2 - engenheiro Agrônomo - Estação Experimental de Plantas Têxteis - Alagoinha / PB - 1953;

4.3 - engenheiro Agrônomo - Anderson Clayton - Ceará e Alagoas - 1954;

4.4 - professor de Economia Rural - Escola de Agronomia do Nordeste - Areia / PB - 1954 a 1966;

4.5 - professor de Valor e Formação de Preços - Faculdade de Ciências Econômicas - Universidade Federal da Paraíba - 1960 a 1964;

4.6 - professor de Economia Política e Finanças - Faculdade de Engenharia - Universidade Federal da Paraíba - 1961;

4.7 - assessor do gabinete do ministro da Agricultura - 1959;

4.8 - deputado estadual - Assembleia Legislativa da Paraíba - 1963 e 1964;

4.9 - engenheiro Agrônomo - Veversa Máquinas Agrícolas - São Paulo - 1965;

4.10 - engenheiro Agrônomo - Geigy do Brasil (atualmente, Novartis) - São Paulo - 1966 a 1969;

4.11 - engenheiro Agrônomo - Hércules do Brasil - São Paulo - 1969 a 1970;

4.12 - professor titular de Análise Micro-Econômica - Universidade Estadual de Londrina - 1970 a 1993;

4.13 - sócio fundador, diretor-técnico e vice-presidente - Herbitécnica Defensivos Agrícolas Ltda. (atualmente, Milenia) - Londrina - 1970 a 1978;

4.14 - sócio e diretor-técnico - Agil Agroquímica - Londrina;

4.15 - assessor-técnico - Nortox Agroquímica S.A. - 1981 a 1982;

4.16 - diretor-presidente do Iapar - Londrina - 1983 a 1987;

4.17 - assessor parlamentar do Senado Federal - Assembleia Constituinte - Brasília - 1987 e 1988;

4.18 - fundador do Hotel do Lago - Londrina - 1980 a 1982;

4.19 - ouvidor da Universidade Estadual de Londrina - 1994 e 1995;

4.20 - chefe do Departamento de Economia - Universidade Estadual de Londrina - 1978;

4.21 - chefe da Assessoria Parlamentar - Embrapa - Brasília - 1988 e 1989;

4.22 - membro do Conselho Deliberativo - Emater - PR - 1983 a 1988;

4.23 - assessor da Diretoria - Associação Brasileira de Empresas de Planejamento Agropecuário - Abepa - 1988 e 1989;

4.24 - membro do Conselho Deliberativo do Iapar (representando o secretário da Agricultura) - 1980 a 1983;

4.25 - inspetor auxiliar - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Crea - Londrina;

4.26 - chefe da Assessoria Parlamentar - Embrapa - Brasília - 1997 a 1999;

4.27 - assessor especial - Governo da Paraíba - João Pessoa - 2000;

4.28 - cargo atual: assessor do presidente - Embrapa - Brasília / DF.

## 5. Outras Atividades:

5.1 - presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná - Núcleo de Londrina, por três gestões: 1975/76; 1977/78 e 1981/82;

5.2 - presidente do Sindicato dos Professores de Londrina - 1980 a 1983;

5.3 - fundador - Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural - Sober - 1959;

5.4 - fundador - Sociedade Brasileira de Herbicidas e Ervas Daninhas;

5.5 - bancas examinadoras de concurso para professores - Universidade Estadual de Londrina - 1979, 1980 e 1981;

5.6 - representante do Paraná:

5.6.1 - X Congresso Brasileiro de Agronomia - São Luiz / MA;

5.6.2 - XI Congresso Brasileiro de Agronomia - Curitiba / PR;

5.6.3 - XII Congresso Brasileiro de Agronomia - Guarapari / ES;

5.6.4 - Associação dos Agrônomos - I Encontro Estadual de Agronomia - Curitiba - 1977;

5.6.5 - Associação dos Agrônomos - II Encontro Estadual de Agronomia - Londrina - 1978;

5.7 - representante do Sindicato - XVI Congresso Nacional dos Professores de Natal - RN;

5.8 - Fundação Getúlio Vargas - Cepdoc - Programa de História Oral Gravação de 8h35min sobre a "Situação Agrária do Nordeste";

5.9 - Palestras:

5.9.1 - Universidade Federal do Paraná - 1973, 1975 e 1976;

5.9.2 - Escola de Agronomia Luiz de Queiroz - 1978;

5.9.3 - DNER - Remeter - Fortaleza - 1976;

5.9.4 - DER - Uredore - Santa Catarina;

5.9.5 - Faculdade de Agronomia de Botucatu - SP;

5.9.6 - Faculdade de Agronomia de Jaboticabal - SP;

5.9.7 - Faculdade de Agronomia de Bandeirantes - SP;

5.9.8 - Companhia Vale do Rio Doce - ES;

5.9.9 - Ceplac - Itabuna - BA;

5.9.10 - IBC - Londrina;

5.9.11 - Cooperativas de Cornélio Procópio, Cascavel, Campo Mourão, Santo Antonio da Platina, Maringá, Astorga, Apucarana e outras.

5.10 - Parainfo do curso de Agronomia:

5.10.1 - Universidade Estadual de Londrina - 1982;

5.10.2 - Bandeirantes - 1984;

5.10.3 - Areia - PB - 1998.

5.11 - Viagens de Estudo:

5.11.1 - Escolas de Agronomia e Instituições de Pesquisas do Uruguai, Argentina, Chile e Peru - 1953;

5.11.2 - Universidades do Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia - 1955.

5.12 - Visitas a Fábricas de Centros de Pesquisas - 1974:

5.12.1 - Estados Unidos - Dupont, Amchem e Monsanto;

5.12.2 - Inglaterra - ICI;

5.12.3 - Yugoslávia - Radonja;

5.12.4 - França - Tecnomat;

5.12.5 - Tchecoslováquia - Chemapol.

5.13 - Introduziu a Algaroba no Brasil (Nordeste), trazendo as sementes da Bolívia - 1955;

5.14 - Introduziu herbicidas no Paraná e São Paulo - 1966;

5.15 - introduziu a aplicação aérea do Sistema de Ultra-Baixo Volume (inseticida) - 1970;

5.16 - introduziu misturas de herbicidas através da Herbitécnica;

5.17 - pioneiro do plantio direto, usando Gramoxone (Paraquat) da ICI;

5.18 - pioneiro da aplicação de herbicidas em área total - Refinarias da Petrobrás, estradas de ferro, rodovias, etc, através da Herbitécnica.

#### PROJETO DE LEI Nº 100/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa Primeiro Emprego - PPE, objeti-

vando promover a inserção de jovens no mercado de trabalho e sua escolarização, estimular o desenvolvimento das cooperativas de trabalho e das micro, pequena e médias empresas, bem como das propriedades do setor rural no Estado do Paraná fortalecendo a participação, da sociedade no processo de formulação de políticas e ações de geração de trabalho e renda.

§ 1º - Estarão habilitados aos benefícios desta lei, os jovens com idade compreendida entre 16 e 24 anos, regularmente inscritos no programa, e que não tenham tido nenhuma relação formal de emprego.

§ 2º - Dentro de um prazo de até 03 (três) meses, o inscrito deverá comprovar através de documentação hábil, a matrícula e frequência em curso de primeiro, segundo e terceiro graus.

§ 3º - Executam-se das disposições dos parágrafos 1º e 2º, os jovens de 16 a 24 anos:

a) portadores de deficiência;

b) vinculados a programas de inserção social coordenados ou supervisionados pelo Poder Judiciário ou outras entidades legalmente habilitadas; e

d) egressos do sistema penal;

§ 4º - Às contratações previstas no parágrafo anterior não se aplica o limite estabelecido no parágrafo 3º do artigo 4º desta lei.

§ 5º - O Programa Primeiro Emprego dispensa o empregador de efetuar o pagamento de trabalho aos jovens contratados, devendo o governo do Estado proceder o repasse do salário pelo período de 12 (doze) meses.

§ 6º - As relações de emprego beneficiadas com os incentivos desta lei devem estar regulares perante a legislação federal do trabalho e da previdência, cabendo ao empregador todos os ônus, inclusive os encargos sociais.

Art. 2º - O Programa Primeiro Emprego - PPE, ora instituído será coordenado e supervisionado pela Secretaria do Estado do Emprego e Relações do Trabalho, e contará com a colaboração da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Estado do Governo Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, das prefeituras, das Comissões Estadual e Municipais de Emprego, dos Conselhos da Criança e do Adolescente, dos sindicatos das categorias profissionais e econômicas das Federações da Indústria e Agricultura, da Associação Comercial e de outras organizações sem fins lucrativos, governamentais ou não.

Parágrafo Único - As prefeituras poderão desenvolver ações complementares, no âmbito de suas competências.

Art. 3º - As inscrições dos jovens no Programa Primeiro Emprego - PPE, serão efetivadas nas Unidades do Sistema Nacional de Emprego - Sine e nas Prefeituras Municipais.

§ 1º - Quando da implementação do programa estarão automaticamente inscritos, atendidos os critérios

estabelecidos nesta lei, os candidatos já cadastrados das unidades do Sine, nos últimos 06 (seis) meses.

§ 2º - Nos locais de inscrição deverá ser afixada, mensalmente, a relação dos inscritos no programa, bem como daqueles já encaminhados e aproveitados nas empresas.

§ 3º - O encaminhamento às empresas deverá obedecer rigorosamente a ordem cronológica de inscrição, respeitadas as prioridades para preenchimento das vagas estabelecidas nesta lei.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a repassar à empresa participante do Programa Primeiro Emprego - PPE o valor mensal compreendido entre um (01) salário mínimo nacional vigente, até o limite máximo 1,5 salário mínimo nacional (um salário mínimo e meio) por jovem contratado, durante os primeiros 12 (doze) meses do contrato de trabalho.

§ 1º - As empresas habilitadas poderão contratar nos termos desta lei, até 20% (vinte por cento) de sua força de trabalho, sendo que as que contarem com até 04 (quatro) empregados, poderão contratar 01 (um) jovem através do programa.

§ 2º - Terão prioridade para preenchimento das vagas oferecidas pelo programa os jovens oriundos de famílias em situação de pobreza e que estejam cursando o primeiro grau.

§ 4º - Será assegurado ao jovem a proteção da legislação trabalhista.

§ 5º - No caso de contratos para meia jornada de trabalho o repasse do Estado será de metade dos valores previstos no *caput* deste artigo.

§ 6º - O empregador deverá abrir uma conta corrente em Banco a ser definido no regulamento, exclusiva para receber e movimentar os recursos recebidos do programa.

Art. 5º - Serão destinados preferencialmente a jovens portadores de deficiência 10% (dez por cento) dos novos postos de trabalho decorrentes desta lei.

Art. 6º - Poderão habilitar-se a participar do Programa Primeiro Emprego - PPE, mediante a assinatura de Termo de Adesão com o Estado, as cooperativas de trabalho, as micro, pequenas e médias empresas, bem como os proprietários de áreas rurais no Estado do Paraná, assim definidos no regulamento.

§ 1º - As empresas referidas no *caput* deverão comprovar a não redução dos postos de trabalho nos 03 (três) meses que antecederem à sua habilitação ao programa e comprometer-se a manter os novos postos de trabalho relativos aos benefícios desta lei, pelo período mínimo de 12 (doze) meses.

§ 2º - O empregador, respeitada a legislação trabalhista, e na forma do regulamento, poderá, mantendo o posto de trabalho, substituir o jovem contratado no âmbito deste programa.

§ 3º - A empresa que reduzir o número de postos de trabalho e/ou descumprir os direitos previstos no parágrafo 5º do artigo 4º desta lei durante sua participação no programa, além de inabilitar-se para participação futura, deverá devolver ao Estado, na forma do regulamento, os valores recebidos.

§ 4º - As empresas e os proprietários de áreas rurais referidos no *caput* deverão declarar regularidade das suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias nos âmbitos estadual e federal.

§ 5º - As empresas de grande porte, excepcionalmente, poderão habilitar-se a participar deste programa, mediante a assinatura do termo de adesão referido no *caput*, desde que contratem os jovens referidos no parágrafo 3º do artigo 1º desta lei.

Art. 7º - Se a cooperativa de trabalho, propriedade do setor rural ou empresa habilitada a participar do programa estiver localizada em área rural, fica o Poder Executivo autorizado a ampliar as condições previstas nos artigos anteriores:

a - Para até 12 (doze) meses o período de repasse de incentivo estadual para cada jovem enquadrado no programa;

b - para número equivalente a 40% (quarenta por cento) para no máximo, de sua força de trabalho o total de contratos enquadráveis nesta lei; e

c - para 18 (dezoito) meses o prazo máximo de permanência no programa de jovens cuja empresa for beneficiada com repasse de incentivo por período superior a 06 (seis) meses.

Art. 8º - O Poder Executivo publicará no Diário Oficial do Estado, trimestralmente, quadro demonstrativo do Programa Primeiro Emprego - PPE, que deverá informar o nome da empresa habilitada, município de localização, número de postos de trabalho gerados e data da admissão do jovem contratado.

Art. 9º - Os empregadores participantes do Programa Primeiro Emprego prestarão contas trimestralmente à Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho mediante envio de listagem de contratados com seus respectivos salários discriminados e, no caso de novas contratações mediante envio de cópias de contrato de trabalho.

Art. 10 - Os recursos para o Programa Primeiro Emprego - PPE serão oriundos do Tesouro do Estado e de outras fontes, mediante convênios com a União, municípios, entidades governamentais ou não governamentais, nacionais ou estrangeiras.

Parágrafo Único - A distribuição dos recursos referidos no *caput* obedecerá à seguinte proporcionalidade:

70% (setenta por cento) direcionados aos inscritos com formação de até primeiro grau;

30% (trinta por cento) aos demais inscritos.



Art. 11 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Estado crédito especial para as finalidades descritas nesta lei.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### PROJETO DE LEI Nº 101/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - O serviço de locação de cães, no Paraná, orienta-se nos pressupostos da segurança e saúde coletiva, no respeito aos animais e na valorização da pessoa humana.

Art. 2º - Os cães utilizados no mencionado serviço devem ser treinados e receber os cuidados necessários à saúde.

Parágrafo Único - Os cuidados necessários consistem em fornecimento de alimentação, assistência à saúde, proteção e limpeza do ambiente diariamente.

Art. 3º - Os cães utilizados no mencionado serviço deverão constar de cadastro junto ao órgão responsável pela concessão do alvará de funcionamento.

Parágrafo Único - Do cadastro deverá constar origem e condições sanitárias do cão utilizado.

Art. 4º - A concessão de alvará pelos municípios fica condicionada à autorização expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 5º - Às empresas que não cumpram a presente lei são aplicadas as seguintes penalidades:

I - multa de R\$1.000,00 (um mil reais) por autuação, até a quarta.

II - Cassação do alvará na quinta autuação.

Parágrafo Único - O valor da multa prevista no inciso I será corrigido pelo IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo, no dia 1º de janeiro de cada ano.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) TADEU VENERI

#### JUSTIFICATIVA:

O serviço de locação de cães de guarda tem aumentado significativamente no âmbito de todo o Estado do Paraná.

Pelo reduzido custo do serviço, os cães têm sido utilizado pelos locatários como única forma de defesa e proteção de seu patrimônio. Tal procedimento, além de implicar em aumento do número de desempregados na

categoria dos vigilantes, traz inúmeros riscos à segurança pública.

Até há pouco tempo, os cachorros disponíveis para locação eram utilizados apenas como reforço de segurança, acompanhando os vigilantes na tarefa de defesa e proteção do patrimônio. Isso jamais causou maiores problemas, visto que os vigilantes que se faziam acompanhar pelos cães eram treinados para lidar com esses animais e evitar riscos à população.

Hoje, os cães utilizados não são preparados e estão expostos a tratamento incompatível com a sua saúde e demais condições necessárias à prestação de serviço seguro e de qualidade. Há muitas denúncias de que cães ficam mais de uma semana sem receber alimentação ou qualquer vistoria de seu proprietário.

A não regulação dessa atividade poderá trazer sérias consequências à coletividade.

A natureza e prestação de tal serviço é uma questão de segurança pública e, portanto, tem o Estado competência para legislar sobre as matérias.

Os municípios que tentaram regular a matéria encontram extrema dificuldade dado o limite de sua competência.

A atividade, embora em franca expansão, não tem um código da atividade o que limita ação dos municípios. Os alvarás continuam sendo liberados como se fosse uma simples prestação de serviços. E mais, os municípios não conseguem controlar a atividade nos aspectos relacionados à segurança, pois essa é competência do Estado.

A regulamentação da presente lei poderá trazer vários benefícios aos cidadãos como um todo, aos tomadores do serviço de locação e cães e, até mesmo aos prestadores que eliminarão a concorrência desleal.

O Estado poderá criar um órgão ou atribuir a função de controle a órgão já existente vinculado à Secretaria Estadual de Segurança Pública ou outra Secretaria que melhor se adequar à atividade.

#### PROJETO DE LEI Nº 102/2003

A Assembléia Legislativa do Estado  
do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado o tombamento do patrimônio histórico ferroviário do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - O patrimônio de que trata o *caput* deste artigo compreende as linhas da Rede Ferroviária Federal construídas no século XIX e os bens móveis envolvidos na prestação do serviço ferroviário.

Art. 2º - O regime legal sobre o tombamento deverá prevalecer sobre o patrimônio mesmo se vendido, arrendado, permissionado ou conveniado.

Art. 3º - Com a finalidade de preservação permanente, fica vedada a utilização do patrimônio referido no

parágrafo único do artigo 1º, desta lei, para uso diverso da prestação de serviço ferroviário.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) TADEU VENERI

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa preservar a história de nossas ferrovias, pelo tombamento das linhas férreas implantadas no Estado do Paraná no século XIX.

Abertas ao tráfego em 1885 para atendimento do fluxo de transportes de passageiros e cargas, com uma faixa constante de 20 metros de largura, o sistema ferroviário teve seu auge nos anos 70 quando chegou a transportar em 1973, 1974 e 1975 - 234 milhões, 233 milhões e 216 milhões de pessoas, respectivamente.

Com o passar dos anos, os governos não acompanharam o desenvolvimento do transporte, relegando ao transporte ferroviário - o mais utilizado para todos os fins em países desenvolvidos do primeiro mundo - um papel figurativo em nosso potencial capacidade logística.

Objetivando a preservação deste importante patrimônio do nosso Estado e buscando evitar a sua depredação, apresentamos o presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 103/2003

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Público Estadual, na área de sua competência assegurará meios eficazes que visem coibir a prática de racismo.

Parágrafo Único - O dever do Poder Público compreende:

I - a criação e divulgação dos meios de comunicação, de cujo espaço se utilize a administração pública, de programas de valorização da participação do negro na formação histórica e cultural brasileira e de combate às idéias e práticas racistas;

II - a reciclagem periódica dos servidores públicos, especialmente os de creche e escolas estaduais, de modo a habilitá-los para o combate às idéias e práticas racistas;

III - a punição ao agente público que violar a liberdade de expressão e manifestações das religiões afro-brasileiras;

IV - organizar a rede de ensino estadual, levando em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do nosso povo;

V - o cancelamento, mediante processo administrativo sumário, sem prejuízo de outras sanções legais, de alvará de funcionamento do estabelecimento privado, franqueado ao público, que cometer ato de discriminação racial, salvaguardando os direitos dos trabalhadores;

VI - a representação proporcional dos grupos étnicos em todas as campanhas e atividades de comunicação

do Estado e de entidades que tenham investimento político ou econômico no Estado;

VII - a adoção, no sistema público de saúde, de procedimentos de detecção, nos primeiros anos de vida, de anemia falciforme e hipertensão, males cuja incidência há maior na população negra e acarretam repercussões na saúde reprodutiva;

VIII - o desenvolvimento de programas que assegurem igualdade de oportunidade e tratamento nas políticas culturais do Estado, tanto no que diz respeito no fomento à produção cultural, quanto na preservação da memória, objetivando dar visibilidade aos símbolos e manifestações do povo negro.

Art. 2º - Fica instituído no calendário oficial do Estado do Paraná, Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado anualmente em 20 (vinte) de novembro.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) TADEU VENERI

#### JUSTIFICATIVA:

Os princípios da igualdade, legalidade e liberdade estão assegurados na Constituição Federal e na Constituição do Estado do Paraná.

Para que efetivamente se construa um estado democrático de direito como preceitua a nossa Constituição, uma das questões fundamentais a ser conquistada por toda a sociedade é a eliminação completa de preconceitos contra negros, índios e brancos marginalizados.

No Brasil, a parcela negra da população é a mais atingida pelo desmonte das políticas sociais e de saúde, pelos sistemas de controle populacional, o desemprego crônico, a fome e a violência do latifúndio, do aparato policial e dos grupos de extermínio. É negra a maioria de crianças, jovens assassinados nos centros urbanos.

Os homens e mulheres negros estão em condições de maior desigualdade em nosso país, até mesmo tendo como referência os questionáveis dados do censo realizado pelo IBGE, em nosso país em 1990. De acordo com esses dados, entre os brasileiros que possuem vínculo empregatício, isto é contavam com carteira assinada, 58% eram brancos e 41% negros (34% pardos mais 7% considerados negros). De cada 100 empregados, 51% sobreviviam com salário mínimo. Do total de trabalhadores que ganhavam 1 salário mínimo, 79% eram negros. A inserção no mercado de trabalho é precoce: as crianças brancas de 10 a 14 anos somam 14,9% e as negras 20,5%.

Na área educacional, os dados são: 18% da população brasileira analfabeta, sendo que entre os negros este percentual sobe para 30%. No outro extremo, 4,2% dos brancos e apenas 1,4% dos negros haviam alcançado o ensino superior. Em todos os níveis educacionais a participação do segmento branco é nitidamente superior à do segmento negro.

Há muitos anos a comunidade negra no Brasil vem lutando para conquistar o seu espaço na sociedade. Lutando contra toda sorte de isolamento que lhe é imposta pela cultura dominante. Em que pese todo um sistema sócio-cultural voltados para o impedimento do crescimento de uma cultura negra, observa-se que aos poucos as barreiras de segregação vão sendo derrubadas e vão se consolidando espaços democráticos e de combate a todo e qualquer tipo de discriminação.

Os legisladores não podem se furtar de procurar garantir, na lei, certas garantias sociais e anti-raciais, bem como prever formas punitivas que coíbam a prática de racismo.

O Paraná, não foge à regra dos demais Estados, capitais e cidades brasileiras. No entanto, o exemplo que os legisladores paranaenses podem dar, ao aprovar a presente lei, demonstrará a maturidade política e o desejo comum de conquistar, cada vez mais, uma sociedade moderna e democrática.

PROJETO DE LEI Nº 104/2003  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica assegurada à servidora pública estadual, genitora, curadora ou responsável pela criação, educação e proteção de portador de necessidade especial, o direito de ser dispensada do cumprimento de parte da jornada de trabalho, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º - A servidora beneficiária desta lei deve manter o portador de necessidade especial sob sua responsabilidade submetido a tratamento terapêutico.

§ 2º - A redução da carga horária de que trata este artigo será regulamentada pelo chefe do Poder Executivo, de acordo com a atividade da servidora.

Art. 2º - Para efeito desta lei, considera-se portador de necessidade especial pessoa de qualquer idade com deficiência física ou mental comprovada e considerada depende sócio-educacional.

Art. 3º - A autorização será concedida pelo prazo máximo de um (01) ano, podendo ser renovada persistindo a dependência de que trata o artigo anterior.

Art. 4º - Aplicam-se as disposições desta lei ao pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 5º - O servidor público que tenha sob sua guarda filho portador de necessidade especial poderá valer-se do benefício desta lei, desde que comprove a dependência.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Os portadores de necessidade especial que dependem de atenção constante das famílias devem ser motivo de preocupação para o Poder Público, propiciando oportunidade para os servidores concederem maior atenção aos filhos.

Não se trata de conferir privilégio, mas tratar com dignidade aquela servidora que de forma diuturna luta para que um portador de necessidade especial tenha melhor qualidade de vida.

Muito se fala nos portadores de necessidades especiais, mas essas pessoas e as respectivas famílias passam por dramas pessoais que devem ser reconhecidos, haja vista que a dependência de que trata a lei inviabiliza a independência do portador de necessidade especial.

A proposição contempla inclusive a regulamentação dos casos específicos de cada categoria de servidor, cujas peculiaridades de trabalho devem ser levadas em consideração para não gerar vantagem indevida.

PROJETO DE LEI Nº 105/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Programa Escolar de Acompanhamento Domiciliar, destinado a promover a integração dos alunos da rede estadual de ensino e seus familiares na otimização do binômio ensino-aprendizagem.

Parágrafo Único - O Programa de que trata este artigo será administrado por um Conselho Executivo formado por profissionais da educação.

Art. 2º - São objetivos do Programa Escolar de Acompanhamento Domiciliar:

I - elaborar cadastro dos alunos e de suas famílias para fins de levantamento do respectivo histórico familiar;

II - interagir com os alunos e as respectivas famílias, por meio de contatos pessoais e reuniões periódicas, buscando encontrar e sanar eventuais problemas que afetem o aproveitamento escolar.

III - implementar, com o auxílio de profissionais da área de saúde, medidas de combate à dependência química e alteração de cunho psicológico, junto aos alunos e seus familiares; e

IV - apresentar anualmente mapas de evolução do aproveitamento escolar dos alunos, para avaliar a eficácia do Programa.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no Orçamento.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.03.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

#### JUSTIFICATIVA:

O objetivo principal desta proposta é aprimorar o processo de aprendizagem através de melhorias das relações familiares.

O programa tem por meta ultrapassar os limites dos muros escolares e, interagindo com os alunos e familiares, detectar e sanar problemas que afetem o aproveitamento escolar, não apenas aqueles de relacionamento, mas também casos de dependência química e de ordem psicológica.

Para tanto, será necessário contar com o trabalho dos pedagogos, psicopedagogos e assistentes sociais, além do corpo docente e administrativo das escolas, que devem receber treinamento para esse fim.

Os benefícios se traduzirão em melhoria, tanto no campo da aprendizagem, como no comportamento do aluno perante a sociedade.

Este programa não tem cunho assistencialista. Não serão destinados recursos financeiros aos assistidos, mas será atendimento efetivo à população escolar e seus familiares.

Não há possibilidade de resgate da cidadania sem atenção especial à educação, cujos cuidados devem envolver o bem-estar dos alunos, que devem ter tranquilidade para receber a carga de ensinamento essencial para a inserção na sociedade moderna.

O ensino público precisa de maior atenção e de melhores condições de trabalho, atenuando os problemas constatados.

#### O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Barbosa Neto.

#### O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados:

Gostaria de fazer um alerta sobre a empresa subsidiária da Eletrobrás para os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, que é a Eletrosul.

A Eletrosul está cogitando transferir a sua base de operações do interior do Estado para esta capital, já que pretende implantar o telecomando-controle controlado à distância através de computadores potentes em 21 das suas 32 subestações. Isso não significa, senhoras e senhores deputados, que residem nesta Capital, o aumento de empregos apenas e tão somente para Curitiba, mas significa demissões de vários postos de trabalho.

Só para termos uma idéia, Ivaiporã, no Vale do Ivaí, perdeu dez dos seus doze funcionários, recentemente. São operadores locais que estão sem emprego.

Os senhores podem até argumentar que esta é uma tendência mundial, num processo natural com avanço da tecnologia e da ciência. Mas, é tão somente isso; esse fenômeno das privatizações que começou há anos, no governo federal, que deixou o poder no ano passado, nós sabemos muito bem as suas conseqüências. A própria Eletrosul que tinha cinco mil e quinhentos funcionários, hoje tem pouco mais de um mil e trezentos. A nossa Copel, Empresa Paranaense de Energia, tinha dez mil e hoje são quase cinco mil funcionários.

O alerta que faço, é justamente este: ninguém aqui é contrário ao progresso, à ciência, ao avanço da tecnologia; Mas, gostaríamos de fazer algumas considerações porque a tecnologia deve, sim, prestar um serviço ao homem. E a serviço dele, enquanto cidadão, inserido no contexto social. A implantação do telecontrole não pode ser “bode expiatório” para demissões em massa.

Por isso nós devemos ter claro que a melhoria na qualidade dos serviços, para evitar por exemplo, apagões, para evitar interrupções no fornecimento de energia, é muito importante para todos nós. A empresa, é claro, está preocupada com a qualidade do seu serviço, com a melhoria dos seus equipamentos, mas nós não podemos deixar que o nosso Estado fique à mercê de “black-out” e da queda de qualidade no fornecimento de energia, porque, o que acontece na prática, é que onde se implanta o telecontrole, os operadores do serviço perdem os seus empregos. Ninguém quer aqui fazer com que a empresa deixe de demitir, mas essas empresas deveriam, sim, evitar que esses empregos sejam ceifados do seu quadro de funcionários.

Por isso, o apelo que faço aqui é para que essa empresa invista na capacitação desses funcionários, para que eles recebam novos treinamentos e possam assumir novas funções dentro da própria empresa. Ou se isso não for definitivamente possível, é necessário que se cobre dessas empresas um programa de relocação profissional desses funcionários no mercado de trabalho, garantindo a esses profissionais que estão se dedicando há anos nessas empresas, por exemplo, o auxílio-saúde, educação ou até mesmo o pagamento de salários até que eles possam ser absorvidos pelo mercado de trabalho, porque essa é a função social de qualquer grande empresa, deputado Natalio Stica, principalmente uma empresa concessionária de um serviço público e essencial.

Concluindo, então, nós queremos encaminhar à direção da empresa um requerimento neste sentido para que a direção da Eletrosul se sensibilize e que encontre outra alternativa que não seja essa de demissão sumária desses funcionários. Por isso, conto com o apoio dos senhores e senhoras, deputados e deputadas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Não havendo mais deputados inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PL, PSC, PSL, PPS, PDT, PT, PPB, PMDB, PFL, PSDB, PTB, PSB, Liderança da Oposição, Liderança do Governo.

**(Todas declinam)**

Encerrado o Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados:

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo deputado Ademar Traiano, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente indicando os nomes dos deputados para comporem as Comissões Parlamentares de Inquérito. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados que irão compor as Comissões Parlamentares de Inquérito a serem instaladas nesta Casa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo deputado Duílio Genari, na qualidade de Líder do PPB, constante do expediente, indicando os nomes dos representantes da bancada do partido para comporem as Comissões Parlamentares de Inquérito recentemente criadas por esta Casa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo deputado Duílio Genari, na qualidade de Líder do PPB, constante do expediente, indicando os nomes dos representantes da Bancada do PPB como titular e suplente, para comporem o Bloco Parlamentar Agropecuário. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo deputado Valdir Rossoni, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados para comporem as Comissões Parlamentares de Inquérito. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo deputado Waldir Leite, na qualidade de Líder do PPS, constante do expediente, indicando o nome do deputado para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo deputado Ratinho Júnior, na qualidade de Líder do PSB, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados para comporem as Comissões Parlamentares de Inquérito do Banestado e da Copel. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela deputada Luciana Rafagnin, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados que irão

compor o Bloco Parlamentar Agropecuário. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução de autoria do deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Natálio Stica, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Nereu Moura, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria da deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 239, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente, solicitando licença para tratamento de saúde por 121 (cento e vinte e um) dias conforme atestado médico em anexo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Registramos e agradecemos as presenças do vereador Lauro Origa, conhecido como “Jacaré”, de Douradina, São Paulo, do PPB.

Registramos e agradecemos a presença do vereador da Lapa, Deomar Fávaro, conhecido por “Purga”, nosso amigo da Lapa.

Obrigado pela presença.

Face à aprovação do requerimento de afastamento por 121 dias do deputado Nelson Tureck para tratamento de saúde, que se encontra aqui na mesa, vou pedir para que faça a leitura do seu juramento o deputado Luiz Fernandes da Silva Litro.

Solicito aos deputados, que, por favor, fiquem em pé para a leitura do juramento do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro.

**O SR. LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO**  
**(Presta juramento).**

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Declaro empossado o deputado Litro, e peço que tome assento no Plenário.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu solicito à Mesa Executiva, conforme Resolução aprovada ontem neste Plenário, a possibilidade de indicação de membros para as Comissões Parlamentares de Inquérito que foi transferida da data de ontem para hoje. Gostaria que a Mesa de pronunciasse se já recebeu a totalidade dos partidos, porque se encerra o prazo hoje. Caso não tenha recebido, V. Exa. no exercício da presidência, terá que fazer a indicação, em nome dos partidos que não o fizeram.

E, caso haja a concretização da indicação dos nomes, gostaria de saber em qual momento a Presidência desta Casa vai anunciar a composição dos membros das CPI's porque como prevê o requerimento aprovado na data de ontem é nesta Sessão Legislativa que deverá ser feito a anúncio.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Agradeço, deputado Ângelo Vanhoni, e peço a compreensão para que logo após a Ordem do Dia, enquanto a Mesa faz aqui a triagem dos nomes que já chegaram até a Mesa Executiva, para que possamos dar o encaminhamento ainda na Sessão de hoje.

O SR. ÂNELO VANHONI (**Para Encaminhar**)

Estou pensando requerimento na mesa para que a Sessão de hoje possa apreciar a Ordem do Dia dividida em dois aspectos: estou fazendo um destaque em dois projetos de lei, vetos apensados pelo governo do Estado, um do deputado Marcos Isfer e outro do deputado Luiz Carlos Martins - peço destaque na votação desses dois vetos e o restante dos seis vetos que sejam votados em bloco.

Gostaria que a Mesa colocasse o requerimento em votação.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Eu ia fazê-lo nesse instante, deputado Ângelo Vanhoni.

Requerimento nº 266-A, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente, solicitando destaque dos itens 05 e 07 para votação em separado, mantendo-se os demais para votação em bloco. **Aprovado.**

Conforme requerimento aprovado, os destaques nos itens 5 e 7 da Ordem do Dia, faremos em primeiro lugar e em separado.

## ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 012/2003, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 200/2002, de autoria do

deputado Marcos Isfer, que estabelece normas voltadas à responsabilidade na gestão social do Estado. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 56/2003

Curitiba, 06 de fevereiro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 057/2003, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 200/2002, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o chefe do Poder Executivo encaminhará, anualmente, ao Poder Legislativo, como parte integrante da prestação de contas, o "Mapa da Exclusão Social".

O projeto de lei em referência não mereceu ser sancionado porque a medida, pela forma como está posta e redigida, é de difícil exequibilidade e, conseqüentemente contrária ao interesse público. Melhor detalhando estes aspectos, pelos quais vetei tal proposição, adiante são transcritos trechos de análise do assunto feita pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral:

"É necessário alertar para o fato de que a implementação dos dispositivos constantes do presente projeto irá impor sobre o Sistema Estadual de Planejamento, Orçamento e Gestão uma demanda para a qual o mesmo, atualmente, não se encontra devidamente qualificado e dimensionado. Ressalte-se, ainda, que a revitalização deste Sistema, não pode ser realizada no curtíssimo prazo requerido pelo projeto de lei. Esta reestruturação, que envolve a constituição de quadros profissionais e o treinamento dos mesmos para as tarefas requeridas, necessita de um prazo possivelmente superior a 12 meses para ser efetivada.

Finalmente, vale reafirmar que, de um ponto de vista mais rigoroso, o presente projeto de lei não traz inovações em relação ao que a atual legislação, que constitui o marco normativo, do Plano Plurianual da União e dos Estados, já exige: metas físicas e financeiras regionalizadas, inclusive e, principalmente, metas sociais, sistemas adequados de acompanhamento e de avaliação de desempenho, avaliação da efetividade das políticas públicas, reprogramações anuais, etc... Requerimentos estes que, para poderem ser adequadamente cumpridos, impõe à União e aos Estados a necessidade urgente de constituição e/ou revitalização, no âmbito da administração direta, de sistemas adequados de planejamento, orçamento e gestão."

Outro ponto a ser destacado é o da própria denominação do pretendido "Mapas da Exclusão Social" eis que,

assim chamado e caso sancionado, ensejaria conceituações fortemente negativas às regiões ou cidades que dele eventualmente constassem.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 200/2002, encontra-se publ. no DA nº 167/2002, de 12/12/2002 - Redação Final).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 012/2003

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa alterar o Projeto de Lei nº 200/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que estabelece normas voltadas à responsabilidade na gestão social do Estado.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido aposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.02.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, peço que o primeiro secretário faça a leitura da súmula do presente projeto e também do deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Edson Praczyk)  
(Lê súmula da Proposição 012/2003).

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados, neste momento o Brasil passa por uma grande transformação, e em todos os Estados da Nação se mobilizam empresários, as forças vivas da sociedade, organizações sociais, governos municipais, empresários, entidades patronais, entidades sindicais para fazer um grande combate que é o grande flagelo do nosso país, a questão da fome, da miséria.

O Estado do Paraná, segundo dados do IBGE, perto de 400 e poucas famílias vivem em estado de pobreza, em algumas regiões do nosso Estado. Dessas 400 e poucas mil famílias no Paraná, 220 mil são atendidas por alguns dos programas sociais do governo federal, do governo do Estado. Há perto de 180 mil famílias em estado ainda de abandono, não assistidas por quaisquer organizações sociais ou por quaisquer ações do poder público.

O deputado Marcos Isfer apresentou na legislatura passada e veio para esta Casa nesta legislatura, a proposta

de veto de seu projeto, que em síntese, em essência, estabelece que na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado do Paraná, que será discutida por ocasião do final do primeiro semestre e na peça orçamentária do ano que vem, que o governo do Estado, ao mandar a Lei de Diretrizes Orçamentárias para a Assembléia Legislativa, apresente de forma mais clara os dados a respeito dos problemas sociais, isto é, quais as regiões do Paraná, quantas famílias estão dentro dos critérios que a ONU, os organismos internacionais e que os organismos do Estado possuem no ponto de vista das suas necessidades, para manterem a sua sobrevivência material. Entendemos que o governo do Estado tem todos os mecanismos para proceder esses dados, enviando para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Uma pergunta precisa ser feita: se o governo do Estado do Paraná não conseguir identificar, não conseguir saber se em uma Região Metropolitana de Curitiba, ou em uma região em Guarapuava, ou na região da cidade de União da Vitória - de onde são os deputados Valdir Rossoni e Pedro Ivo -, se nessas regiões não há problemas sociais, de exclusão social, de fome e de miséria, o Estado do Paraná está incapacitado para produzir políticas sociais.

Neste sentido, entendemos as razões do veto apenas pelo governo do Estado, mas estamos fazendo um apelo para que a Bancada e a Assembléia Legislativa votem favoravelmente. Neste momento em que o Brasil discute a necessidade de fazer uma grande campanha para tirar do País esse flagelo, que é a miséria - se o Estado do Paraná não tem os técnicos, que este projeto sirva de estímulo e de reforço, para que os paranaenses tenham capacidade de identificar onde há os problemas de exclusão social no nosso Estado.

A nossa opinião é de que esse projeto deva ser aprovado. Sendo assim, peço o voto contrário ao veto apensado pelo governo do Estado.

Senhor presidente, eu gostaria de me adiantar no segundo projeto que vamos discutir, que é o projeto de autoria do deputado Luiz Carlos Martins. Eu, na legislatura passada e grande parte dos deputados, quase a unanimidade dos deputados desta Casa, votamos favoravelmente ao projeto do deputado Luiz Carlos Martins, que não estabelece nenhuma norma em contradição àquilo que preceitua a Legislação Federal, que é ela que está encarregada de estabelecer os critérios e as normas, de como os profissionais da área de Educação Física devem se habilitar no exercício de sua profissão. Tal projeto avança sem ferir a norma legal superior da Nação, porque ele propõe que as academias, as instituições que trabalham com a educação física, no nosso Estado, tenham a presença desses técnicos, com a qualificação e certificados necessários. Nesse sentido, não vemos óbice para que esse projeto possa ser apreciado positivamente para a Assembléia. E um ganho do ponto de vista de qualidade, para a prestação de serviço no exercício da profissão, os profissionais de diversas áreas, que trabalham

com a questão do desenvolvimento físico-corporal da nossa juventude.

O deputado Luiz Carlos Martins fez um projeto meritório e a avaliação que fazemos, na liderança do governo e junto com os líderes, aqui, da Assembléia Legislativa, é de que esse projeto também deva ser aprovado, e o veto apensado pelo governo do Estado, seja derubado.

Os demais vetos dos projetos que estão sendo apreciados aqui na Assembléia, em um total de seis, vamos apreciá-los em bloco. A sugestão, o encaminhamento que fazemos é que a Assembléia, os deputados mantenham o veto, porque via de regra esses projetos estão de alguma forma, não ferindo a constitucionalidade, mas se sobrepondo com legislação já existente, tanto federal, quanto do governo do Estado do Paraná ou sobrepondo funções, que traria prejuízo do ponto de vista da administração pública do Estado do Paraná, não prejuízo do ponto de vista financeiro, mas sobretudo prejuízo do ponto de vista da concretização dessas iniciativas que alguns deputados tiveram na legislatura passada.

Então, peço aos deputados que votem “não” aos dois projetos, ao veto do deputado Marcos Isfer e do deputado Luiz Carlos Martins e que apensem o voto “sim” à manutenção do veto dos demais projetos que estão em discussão na tarde de hoje.

Era isso, senhor presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Continua em discussão.

Encerrada a discussão. Em votação.

Em se tratando de veto, a votação será secreta.

**A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)**

Gostaria de pedir aqui licença ao nosso líder do Governo, Ângelo Vanhoni, mas tem um projeto, um veto que está na pauta de hoje que é do deputado Luiz Carlos Alborghetti...

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Deputada Luciana Rafagnin, aprovamos o requerimento do deputado Ângelo Vanhoni para votar separado os dois vetos, e na sequência, abre discussão aos demais projetos.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Quero que prevaleça esse requerimento.

A deputada Luciana pode fazer outro requerimento para fazer um outro destaque. O entendimento da Liderança é que este projeto deve ser mantido no bojo dos seis projetos.

**O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)**

O Processo 008 que é de nossa autoria e também o Processo 015, serão votados em bloco ou em separado?

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Os demais serão votados em bloco, a não ser que haja um pedido da Mesa.

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Posso apenas fazer algumas considerações para a consciência da Casa em relação ao Processo 015?

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Eu gostaria, deputado Neivo, que V. Exa. deixasse para fazer na hora oportuna, após a votação do 5 e do 7, quando forem colocados os demais projetos.

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Solicito a V. Exa., se me permite, pedir votação em separado do Processo 015, e encaminharei à Mesa requerimento nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Agradeço. Enquanto procedemos a votação do 5 e do 7, estaremos recebendo o seu requerimento.

Em votação o Projeto de Lei nº 200/2002. A votação será secreta, os deputados serão chamados pela ordem nominal pelo senhor 1º secretário. Os deputados que desejarem manter o veto, votarão com a expressão “sim”, os deputados que são contra o veto depositarão a expressão “não”.

O senhor 1º secretário vai proceder à chamada dos deputados.

**A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)**

Ainda com relação, porque estávamos pedindo uma votação separada do item 3º da pauta, e conversando com o líder do Governo, Ângelo Vanhoni, ele nos colocava que o projeto prevê punição para as mulheres que não cumprirem com a questão de fazer uma prevenção de câncer de colo de útero ou de câncer de mama. E nesse sentido, como não conhecemos todo o projeto, mas olhando nos interessou, na questão da defesa das mulheres, mas não podemos também aprovar um projeto que estabelece punição para as mulheres que não fizeram isso.

Então, deixamos e continuamos com a votação, vamos votar favorável na questão dos projetos em bloco, dos projetos em destaque. A única questão que queremos ressaltar aqui é que temos um projeto protocolado na Casa, que ele pede já um atendimento especial então às mulheres, tanto na questão de prevenção do colo do útero, como câncer de mama, e esperamos que esse projeto seja votado breve na Casa e que venha atender a todas as mulheres do Estado do Paraná.

**A SRA. CIDA BORGHETTI**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, eu gostaria, sobre esse projeto, de que a Casa tenha conhecimento do projeto por inteiro mesmo, porque estamos na semana de comemoração do Dia Internacional da



Mulher e como mulher, como mãe, a deputada Elza Correia, a deputada Luciana e também a deputada Arlete Caramês, tenho certeza que aqui defendemos e honramos as mulheres do Paraná e do Brasil. Por isso, é necessário que tenhamos o conhecimento do teor do projeto, por inteiro.

Quero dar aqui um testemunho a todos vocês que eu também há 5 anos atrás fui vítima de um câncer de colo de útero, então eu sei como é sofrido e humilhante para a mulher procurar o atendimento e não ter o atendimento ou o exame disponível, na hora que procuramos ajuda e o benefício. Então, eu queria agradecer aqui e pedir a retirada, no momento, para que todos nós tenhamos o conhecimento do projeto, por inteiro.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Informamos à deputada Cida Borghetti que o projeto de lei está publicado na Ordem do Dia e que foi distribuída em todos os gabinetes.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)**

A liderança do Governo entende o mérito da proposta do deputado Luiz Carlos Alborghetti, mas há problemas gravíssimos na concepção do projeto. Todos nós somos favoráveis a que haja uma política efetiva ao combate ao câncer de mama para as mulheres do Estado do Paraná e do Brasil.

Dois problemas saltam aos olhos na elaboração deste projeto: primeiro, institui um programa especial para as servidoras públicas. Nós estaremos discriminando as mulheres que não são servidoras públicas. Outro problema neste projeto é o que estabelece até restrições administrativas para as servidoras públicas que não se submeterem ao exame de câncer de mama.

Então, nesse sentido, o que estamos recomendando é que as deputadas Luciana, Elza, Arlete e Cida Borghetti, apresentem um projeto amplo, nesse sentido, que a Assembléia Legislativa não se furtará a dar todo respaldo, todo apoio para que um programa desses seja instituído, no Estado do Paraná, atingindo todas as mulheres do nosso Estado.

Este projeto, infelizmente, tem estes dois problemas e gostaríamos que as companheiras entendessem que são restritivos e ao mesmo tempo trazem uma punição. Não devemos trazer isso como punição para as mulheres; é um programa de educação, de serviço público para o Estado do Paraná!

**A SRA. CIDA BORGHETTI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, nosso líder Vanhoni.

Eu queria dizer que também sou a favor da prevenção, acho que a prevenção é o melhor remédio, e é sabido por todos que a saúde é um problema sério hoje. Não tem discriminação nenhuma à servidora ou à mulher, porque

nós lutamos e queremos também a igualdade de direitos, a igualdade da atenção à saúde, como um todo.

Então, quando falamos aqui que queríamos conhecer o projeto por inteiro, a pauta, senhor presidente, chega sim aos nossos gabinetes mas, muitas vezes, em cima da hora de começar a Sessão. Então, é humanamente impossível que possamos nos ater ao teor da pauta, por completo, antes de entrar ao Plenário. Muitas vezes chega em cima da hora, é verdade isso!

Então só gostaria de deixar aqui nesta Casa registrada a nossa luta em favor da saúde. Temos aqui dois deputados médicos, Accorsi e Luciano, que sabem da preocupação da atenção à saúde.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Agradeço, deputada Cida, e tenho certeza que V. Exa., assim como as demais deputadas, farão um novo projeto e esta Casa há de discutir com seriedade.

**A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)**

Senhor presidente, é exatamente isso, na verdade estávamos conversando com as deputadas Elza, com a Arlete Caramês e com a deputada Cida, no sentido que vamos elaborar um projeto desta natureza, mas não da forma de caráter obrigatório e prevendo sanções administrativas às mulheres que não cumprirem ou não forem fazer esse exame.

Então, na verdade, concordamos que ele seja votado assim. Mas gostaria de reforçar, aqui, uma reclamação da deputada Cida Borghetti: a pauta precisa chegar com antecedência, senhor presidente, se não temos condições nenhuma de votar projetos sem poder discutí-los por inteiro, qual o significado ou qual a sua consequência.

Então, pedimos que seja visto com mais carinho essa questão da pauta e que seja mandada com mais antecedência para os gabinetes.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

A Mesa vai garantir que continuará chegando toda manhã nas caixas dos senhores deputados a Ordem do Dia.

**A SRA. ELZA CORREIA (Pela Ordem)**

Apenas para deixar consignado também o que as colegas já colocaram, que nós já somos punidas de muitas formas na sociedade, e não poderíamos estar aprovando um projeto que incorre numa punição. Devemos, sim, pelo contrário, nem necessariamente elaborarmos projetos, mas fiscalizarmos as ações da Secretaria de Saúde Municipal e também da Secretaria de Estado para que todas as mulheres, sem exceção, tenham a garantia desses exames, que já está preconizado na Constituição e nas leis que regem este país.

Dessa forma acho que de fato não poderíamos mesmo se tratando de exames preventivos, votar um pro-

jeto que obriga as mulheres a fazerem, e caso não façam, serão punidas. Isso não tem sentido.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Agradeço a deputada Elza.

Solicito ao senhor 1º secretário que proceda à chamada nominal dos senhores deputados para a votação, lembrando que os deputados que são favoráveis ao veto, votarão SIM; os deputados contrários, votarão NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Pastor Edson Praczyk**)  
(**Faz a chamada nominal dos senhores deputados**).

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Edson Praczyk**)

Senhor presidente, 43 deputados responderam à chamada nominal e votaram!

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Designo para fazer a apuração dos votos, os senhores deputados Delegado Bradock; Pedro Ivo Ilkiv e Elza Correia.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Edson Praczyk**)

Senhor presidente, 43 deputados votaram.  
43 cédulas NÃO!

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

**Rejeitado o veto governamental e aprovado o projeto.**

#### ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 014/2003, veto apostado ao Projeto de Lei nº 640/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que disciplina o funcionamento de clubes, academias, escolas de iniciação desportiva e outros estabelecimentos que ministrem atividades físicas, desportivas recreativas e de lazer e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 058/2003

Curitiba, 06 de fevereiro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 054/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 640/2002, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo estabelecer normas de atuação das academias de atividades físicas e desportivas, clubes desportivos, recreativos e de lazer, escolas de iniciação desportiva e outros estabelecimentos que estejam

ministrando ou venham ministrar atividades físicas e desportivas e similares, em funcionamento no Estado do Paraná.

A negativa de sanção ao projeto de lei em epígrafe decorre de parecer emitido pelo setor técnico do Paraná Esporte, considerando a medida contrária aos superiores interesses públicos, por não apresentar as necessárias condições de plena exequibilidade e também porque desatende às disposições da Lei Federal nº 9.696, de 01 de setembro de 1998, que regula as atividades do profissional de Educação Física, eis que extrapola seu âmbito, atribuindo a tais profissionais funções não previstas na sua específica regulamentação.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(**O Projeto de Lei nº 640/2002 encontra-se publicado no DA nº 118/2002, de 17.09.2002**)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO - VETO Nº 014/2003

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o projeto de Lei nº 640/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que disciplina o funcionamento de clubes, academias, escolas de iniciação desportiva e outros estabelecimentos que ministrem atividades físicas, desportivas, recreativas e de lazer e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.02.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Em discussão. Em votação.

Como a votação será secreta, convido o 1º secretário para proceder à chamada nominal dos senhores deputados, lembrando aos mesmos que os que desejarem manter o veto, votarão com a expressão SIM, e os que forem contrários ao veto, votarão com a expressão NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Pastor Edson Praczyk**)  
(**Faz a chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Pela ordem, o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, para esclarecimento. O veto que acabou de votar e que foi derrubado, é o veto, projeto do deputado Marcos Isfer.

O outro veto que está sendo apreciado agora, é do deputado Luiz Carlos Martins, ou a votação foi feita em conjunto?

Gostaria que a Mesa esclarecesse isso.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

É o item número 07, Proposição 014/2003. Projeto de Lei 640/2002 do deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. ÂNGELO VANHONI

A votação não foi feita em bloco dos dois vetos. Está sendo feita em separado?

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Está sendo feito em separado conforme requerimento de vossa autoria.

Estamos em votação.

O deputado Luiz Carlos Martins, pela ordem.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Todos nós, deputados, votamos como se fosse os dois; não foi separado.

Todos têm essa consciência, aqui.

O requerimento...

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

A Mesa vai chamar o requerimento, deputado Luiz Carlos Martins. Vai tirar a dúvida do requerimento votado.

Um minuto, por favor.

A Mesa vai ler o requerimento e dar a sua interpretação.

(Lê).

“O deputado que esse subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais requer destaque dos itens 05, 07 da Ordem do Dia de hoje, para votação em separado, mantendo-se os demais para votação em bloco. Até entendendo que pode dar dupla interpretação, mas a Mesa entendeu que é 5 e o 7.

Portanto, damos continuidade à votação.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Em função dessa ambigüidade de interpretação e encaminhamento, quando encaminhei falei para o Plenário todo, estou pedindo o voto contrário ao veto em dois projetos: o do deputado Marcos Isfer e do deputado Luiz Carlos Martins. Fiz a defesa do mérito da votação nos dois projetos, e solicitei a votação em separado desses dois itens.

O que aconteceu? Os deputados, na primeira votação, votaram majoritariamente NÃO. Agora, perto de oito votos, deputados achando que já estava na segunda

votação, dos outros seis, votaram SIM, e tinham a intenção de votar NÃO!

Então há um prejuízo na votação, na intenção dos deputados em função do encaminhamento dado pela Mesa!

Gostaria de saber como é que a Mesa poderá solucionar isso. Os deputados não podem ter a sua expressão da sua vontade manifesta na urna deputado, por um erro de interpretação de encaminhamento que demos no plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

A Mesa não quer ser deselegante, mas foi muito clara quando colocou em votação o número cinco e disse que seria colocado pela ordem o número 7 na sequência. A presidência votou seguindo orientação do líder. Mas um número muito grande de deputados vai dar condições de manter o seu apelo.

Portanto, a Mesa vai continuar a votação.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Não podemos prejudicar um projeto que já teve voto com encaminhamento errado.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Vou ler o Regimento Interno no artigo 104:

“Todas as dúvidas sobre a interpretação deste regimento na sua prática constituir-se-ão em questão de ordem:

Parágrafo 1º - Todas as questões de ordem claramente formuladas serão resolvidas definitivamente pelo presidente da Assembléia”.

Neste momento estou ocupando a presidência e vou manter a votação.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, gostaria de anular o voto que dei na primeira votação. Votei de acordo com o encaminhamento do Líder do Governo.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Senhor presidente, solicito a anulação das duas votações.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

A primeira já está proclamada o resultado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Acho que abríamos um grande precedente em anular voto que já está depositado na urna, mas o presidente sempre pode colocar a sua posição derradeira para aquele que é soberano, que é o Plenário.

Que V. Exa. colocasse para o Plenário a seguinte proposição; se o Plenário entender que estão votados os dois projetos conjuntamente, que V. Exa. considerasse a mesma votação.

O Plenário é soberano, e se for decidido dessa forma, por unanimidade, acho que temos condições de decidir aquilo que queremos aqui. Dessa forma, dirimimos o problema. Se V. Exa. consultar o Plenário, ele pode, absolutamente, considerar a sua primeira votação como sendo também para esse projeto em discussão.

Eu fiz uma questão pela ordem e gostaria que V. Exa. colocasse em apreciação.

**O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem)**

Senhor presidente.

Gostaria que V. Exa., como colega nosso, deputado que é, não ficasse apenas ouvindo a assessoria técnica. Que ouvisse, aqui, também, os seus colegas deputados, porque a assessoria, num encaminhamento de requerimento já pifou, já que o deputado líder do governo, Ângelo Vanhoni, demonstrou no requerimento que era, realmente, o conjunto dos dois projetos nessa votação e a assessoria, não sei como aconteceu, divorciou os dois projetos.

Nós queremos a união, inclusive, senhor presidente, que sejam considerados os dois projetos, como o deputado Augustinho Zucchi acabou de falar.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

O Regimento é claro e o requerimento também está claro; foi equívoco de quem, infelizmente, bateu o documento, eu vou tentar acertar aqui e não criar polêmica. Conforme o artigo 120 das decisões da Mesa: deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao Plenário. Consulto ao deputado Augustinho: o senhor está pedindo um recurso ao Plenário, para que tome a decisão?

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Exatamente. Estou fazendo uso do artigo que, infelizmente, me falhou no momento aqui, para que V. Exa. coloque a Questão da Ordem em votação. Inclusive. Precede outras Questões de Ordem, se pudermos resolver esta questão.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (Questão de Ordem)**

Senhor presidente.

Consulto a V. Exa. se é possível nessa votação do encaminhamento do deputado Augustinho Zucchi que recorra-se ao Plenário para as duas votações: esta e a anterior. Que tenha validade.

Nós já iniciamos um processo de votação desse novo...

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

A Mesa só vai colocar, infelizmente, esta votação agora. A primeira já declaramos o resultado.

**O SR. ADEMAR TRAIANO**

Solicito a V. Exa. bom-senso, senhor presidente, para que acatando a idéia do deputado Zucchi, que...

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Nós vamos colocar ao Plenário e ele vai ser soberano. Se o Plenário chegar a um entendimento, fica valendo a primeira votação para os dois projetos. Não vou retirar a primeira votação.

Consulto ao Plenário, para que não haja dúvida, e peço, que todos os deputados tomem os seus lugares para que possamos fazer uma votação tranqüila.

Os deputados que são favoráveis à decisão de que a votação feita cabe aos dois projetos do deputado Marcos Isfer e do deputado Luiz Carlos Martins, conforme apelo de boa parte do Plenário, permaneçam como estão.

Com apenas um voto contrário: deputado Ailton Araújo - registrado, damos as duas votações realizadas, num entendimento do deputado Ângelo Vanhoni.

**O SR. AILTON ARAÚJO (Pela Ordem)**

Senhor presidente, para justificar o voto.

Pela interpretação que V. Exa. teve do requerimento, que para mim é clara, tive claramente ouvida a declaração de V. Exa. de que estava sendo feita votação individual. Agora, se os demais não ouviram, aí é problema pessoal.

Segundo, quanto à soberania do Plenário eu não discuto, mas acima da soberania do Plenário está o Regimento Interno, que deve ser respeitado ou então modificado, e enquanto não for modificado tem que ser respeitado, senão, soberania não existe.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

A Mesa mantém o resultado da votação pela ampla maioria.

**O SR. LUIZ CARLOS MARTINS**

Senhor presidente, é matéria vencida.

Eu agradeço a todos os deputados presentes, pela votação.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, quero entender que a decisão de V. Exa. seja no sentido de reconhecer que houve um erro da Mesa, que jamais aceitaria que uma decisão da Casa, - isso é histórico aqui na Assembléia, nunca ocorreu pelo menos enquanto eu fui deputado - de rever o resultado de uma votação.

Gostaria de perguntar a V. Exa. se os votos que estão dentro da urna serão retirados.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Os votos que estão dentro da urna serão retirados; não existe a segunda votação. A Mesa não errou no entendimento, porém acatou a vontade ampla do Plenário em apenas um voto contrário.

Está encerrada essa discussão.

**O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Pela Ordem)**

Senhor presidente.

Com todo o respeito, a assessoria técnica, na pessoa do Celso...

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

A Mesa não aceita erro nem da assessoria técnica. Está aqui o Regimento e não quero continuar com a polêmica.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Ele induziu V. Exa. ao erro!

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Não induziu! Este presidente e esta assessoria não erraram e está aqui o Regimento. Peço às assessorias que tomem mais cuidado, ao mandarem requerimento para a Mesa, para não ter mais uma dupla avaliação do que aqui vem escrito.

Mas, continuar com esta polêmica; para quê?

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, apenas para agradecer a sua decisão, a decisão do Plenário, de todos os deputados desta Casa, em derrubar dois vetos ao meu projeto e ao do deputado Luiz Carlos Martins, de acordo com a orientação do líder do Governo.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Continuando a votação, todas as demais discussões de veto serão colocadas agora em bloco.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Agora, senhor presidente, serão os seus vetos que serão analisados, dos quais o encaminhamento é pela manutenção dos vetos. É isso?

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

É isso.

Vou ler os vetos que serão colocados em bloco:

## ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 008/2003, veto apostado ao Projeto de Lei nº 239/2001, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que cria as zonas de perigo ambiental - ZPA e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG/ Nº 039/2003

Curitiba, 03 de fevereiro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 043/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 239/2001, por

julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo a criação de “Zonas de Perigo Ambiental - ZPA”, assim como adoção de outras providências pertinentes ao assunto.

O projeto de lei em referência, embora reconhecida a importância da matéria, deixou de ser acolhido, não só pela forma como está posto e redigido, pois comportaria interpretações dúbias e conflitantes, mas, também, face à já existente legislação de que dispõe a administração para tal disciplinamento.

Por outro lado, melhor esclarecendo a inconveniência do projeto de lei, ora vetado, é adiante transcrita manifestação da Sema/IAP:

“Resulta do exame do referido projeto de lei que, embora louvável a preocupação que o motivou, seu conteúdo apresenta, ao nosso ver, algumas incompatibilidades em face do ordenamento jurídico-ambiental em vigor.

Primeiro: institui um tipo de unidade protetiva ou zona que não está previsto na lei federal do sistema de unidades de conservação (Lei Federal 9985/2000 e seu regulamento, decreto 4340/2002).

Segundo: estabelece condições extremamente aleatórias, indetermináveis ou incertas para sua criação, quais sejam, locais onde existam a possibilidade de ocorrência de acidentes que possam causar dano ambiental de magnitude e que comprometam uma população ou um ecossistema. Como determinar com antecedência locais onde possam ocorrer acidentes? Como determinar qual a magnitude de tais acidentes? E como determinar que tais locais e tipos de acidentes possam comprometer uma população ou ecossistema?

Terceiro: se não bastassem estes aspectos, o projeto incumbe ao IAP delimitar tal área, o grau de possibilidade de risco, os efeitos que este perigo pode causar, as condições de seu controle, os setores responsáveis pela prevenção e execução de plano de ação. Como detalhar tais incumbências à vista das condições já de extrema incerteza e indeterminação acima salientadas?

Os acidentes, como indica a própria palavra, são imprevisíveis. Não é conveniente que a lei estabeleça comandos que se tornem de difícil ou impossível execução porque, ou não são cumpridos ou não resultam eficazes. A prevenção de acidentes, sem dúvida, deve ser objetivada através de mecanismos que, ao invés de atuar no varejo, na periferia do problema, atuem na própria atividade que gera o risco. Nestas condições é que a Lei Estadual 12.493/1999 e seu regulamento baixado pelo decreto 6674/2002 já dispõe:

“Art. 16 - As atividades de transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos estão sujeitas a prévia análise e licenciamento ambiental perante o Instituto Ambiental do Paraná, de acordo com as normas legais vigentes”.

Há muito que se fazer, portanto, em termos de controle preventivo (e até repressivo) com relação ao transporte de produtos perigosos, cuja circulação no território

estadual deve passar por licenciamento ambiental, e, para tanto, deve ser dada efetividade ao comando do artigo 22, da referida lei, qual seja, o Poder Público... “adotar as medidas necessárias para capacitar de forma técnica, administrativa e financeira o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, no atendimento das finalidades previstas na presente lei”.

Em conclusão: informamos que, ao nosso ver, o referido projeto deve ser vetado, pois antes de editarmos nova lei e outras tantas incumbências ao IAP, de conteúdo inadequado ou problemático no tocante à sua implementação, cumpra se efetivar o que já dispõe a legislação estadual quanto ao controle do transporte de resíduos sólidos, aí incluídos os perigosos”.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei, que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 239/2001, encontra-se publicado no DA nº 081/2001, de 12.06.2001).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 008/2003

##### P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 239/2001, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, que cria as Zonas de Perigo Ambiental- ZPA, e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.02.2003

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

#### ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 009/2003, veto apostado ao Projeto de Lei nº 111/2002, de autoria do deputado Ricardo Maia, que torna obrigatório a inclusão, no ensino fundamental e médio da disciplina de “Prevenção ao uso e/ou abuso de tóxicos ou de substâncias causadoras de dependências químicas ou físicas. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG/ Nº 040/2003

Curitiba, 03 de fevereiro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 040/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida

pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 111/2002, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo tornar obrigatória a inclusão no ensino público e particular, como conteúdo do ensino fundamental e médio, a disciplina de “prevenção ao uso e/ou abuso de tóxicos ou de substâncias de dependência química ou física”.

O não acolhimento ao projeto de lei em referência decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado da Educação, a mim dirigido através de Ofício nº 050/2003, onde o titular daquela Pasta assevera:

“quanto a inclusão da disciplina “Prevenção ao uso e/ou abuso de tóxicos ou de substâncias de dependência química ou física”, esta Secretaria entende que o tema do projeto, de grande seriedade e gravidade em nossa sociedade, não necessita constituir-se em objeto de disciplina específica, pois já integra o currículo de nossas (os) Escolas/Colégios, como Tema Transversal (Saúde), cuja abordagem pode ser contextualizada ou permeada em disciplinas específicas, como Ciências, Biologia, Comunicação e Expressão e Educação Física, conforme sugerido nos Parâmetros Curriculares Nacionais”.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei, que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 111/2002, encontra-se publicado no DA nº 016/2002, de 12.03.2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 009/2003

##### P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 111/2002, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, que torna obrigatória a inclusão, no ensino público e particular, como conteúdo do ensino fundamental e médio da disciplina de prevenção ao uso e/ou abuso de tóxicos ou de substâncias causadoras de dependência química ou física.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.02.2003

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

#### ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 010/2003, veto apostado ao Projeto de Lei nº 020/2002, de autoria do depu-

tado Luiz Carlos Alborghetti, que estabelece Programa de Prevenção de Cânceres de Mama e Colo Uterino, para as servidoras públicas estaduais e dá outras providências. **COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/SEEG/ Nº 041/2003

Curitiba, 03 de fevereiro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 038/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 020/2002, porque, pelo fato de tratar de programa de prevenção de saúde já plenamente desenvolvido pela Secretaria de Estado da Saúde e Instituto de Saúde do Paraná, foi considerado desnecessário e contrário ao interesse público, além de inexecutável assim como está posto e redigido.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei, que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me de ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 020/2002, encontra-se publicado no DA nº 002/2002, de 19.02.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 010/2003

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 020/2002, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, que estabelece Programa de Prevenção de Cânceres de Mama e Colo Uterino, para as servidoras públicas estaduais e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.02.2003

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

#### ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 011/2003, veto apostado ao Projeto de Lei nº 286/2000, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que autoriza o Poder Executivo a proibir em todo o território do Estado do Paraná, as óticas de venderem lentes de contacto coloridas ou de grau sem a apresentação da receita de médico oftalmologista. **COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O**

**VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/SEEG/ Nº 055/2003

Curitiba, 06 de fevereiro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 045/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 286/2000, por julgá-lo contrário ao interesse público, em face de Legislação Federal vigente (Decretos-Leis, nºs 20.931/32 e 24.492/34), que disciplina o assunto, onde, inclusive, consta a pretendida proibição.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei, que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me de ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 286/2000, encontra-se publicado no DA nº 160/2002, de 11.12.2002, em Redação Final).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 011/2003

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 286/2000, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, que autoriza o Poder Executivo a proibir em todo o território do Estado do Paraná, as óticas de venderem lentes de contacto coloridas ou de grau sem a apresentação da receita de médico oftalmologista.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.02.2003

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

#### ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 013/2003, veto apostado ao Projeto de Lei nº 688/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a transferir o município de Conselheiro Mairinck para o Núcleo Regional de Educação de Jacarezinho. **COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/SEEG/ Nº 057/2003

Curitiba, 06 de fevereiro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 055/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 688/2002, por julgá-lo contrário ao interesse público em face de pronunciamento da Secretaria de Estado da Educação, de que o assunto só será passível de estudos em outra oportunidade, não de forma isolada, mas sim através de prismas mais abrangentes.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei, que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me de ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 688/2002, encontra-se publicado no DA nº 167/2002, de 12.12.2002, em Redação Final).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 013/2003

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 688/2002, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a transferir o Município de Conselheiro Mairinck para Núcleo Regional de Educação de Jacarezinho.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.02.2003

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

## ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 015/2003, veto apostado ao Projeto de Lei nº 461/2001, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que autoriza a criação de Fundo Específico para Aplicação Exclusiva no tratamento de Esgotamento Sanitário. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG/ Nº 059/2003

Curitiba, 06 de fevereiro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 051/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida

pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 461/2001, porque deixando de indicar recursos para suporte financeiro e de dimensionar devidamente as finalidades do pretendido Fundo, não tem condições de plena exequibilidade, aduzindo-se ainda que, pela possibilidade de, assim como está preconizado, pode ensejar injustificáveis argumentações para majoração de tarifas de água e esgotos, o que viria desatender interesses do universo de consumidores.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei, que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me de ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 461/2001, encontra-se publicado no DA nº 129/2001, de 19.09.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 015/2003

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 461/2001, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, que dispõe sobre a criação de fundo Específico para aplicação exclusiva no Tratamento de Esgotamento Sanitário.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.02.2003

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Todos esses projetos já foram pelo líder do Governo, feito o pedido para que seja mantido o veto.

Em discussão em bloco. Em votação.

Como a votação será secreta, o senhor 1º secretário chamará os senhores deputados pela ordem.

Os deputados que manterão o veto, votarão com a expressão SIM. Os que forem contrários, votarão com a expressão NÃO.

O SR. DUÍLIO GENARI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Apenas quero registrar a presença aqui nesta Casa, do prefeito Victor Pestana, de Assis Chateaubriand, do vice-prefeito Mauro Guerra e do presidente da Câmara, vereador Pegoraro, e ainda do vereador Germano, todos de Assis Chateaubriand.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Agradeço e aproveito para registrar também a presença dos vereadores de Santa Tereza do Oeste, Ederaldo



Tonin, vereador Zezinho e do vereador de Califórnia, Reinaldo Portelinha, e do presidente do Sindicato da Polícia Rodoviária Federal do Paraná, Reginaldo da Silva.

O senhor secretário procede à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Edson Praczyk**)

(**Procede à chamada nominal dos senhores deputados**).

Senhor presidente, quarenta e seus deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito que os deputados Elio Rusch, Francisco Bühler e Artagão de Mattos Leão Júnior, procedam ao escrutínio dos votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Pastor Edson Praczyk**)

... Quarenta e seis deputados votaram: dezesseis votaram com a cédula NÃO; vinte e nove, com a cédula SIM; um nulo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

De acordo com o anunciado pelo 1º secretário, ficam **rejeitados os projetos e mantidos os vetos**.

Sobre a mesa, Indicações: da deputada Luciana Rafagnin - indica os deputados do PT que vão compor o Bloco Parlamentar Agropecuário. Membros titulares: Elton Velter, Luciana Rafagnin e Padre Paulo - suplentes: André Vargas, Pedro Ivo e Hermes Fonseca. **À Diretoria Legislativa para as devidas providências.**

Do deputado Ratinho Júnior. Comunica que o deputado Luciano Ducci irá compor a CPI do Banestado. Para a CPI da Copel o indicado é o deputado Ratinho Júnior - **Ao Departamento Legislativo, para as devidas anotações.**

Do deputado Valdir Leite, líder do PPS. Indica o deputado Valdir Leite, para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado. **À Diretoria Legislativa, para as anotações necessárias.**

Do deputado Plauto Miró Guimarães, líder do PFL. Indica para a CPI Paranacidade: deputado Elio Rusch, titular e suplente, deputado Rafael Greca.

CPI dos Jogos Mundiais da Natureza: titular, deputado Cleiton Kielse, suplente, deputados Nelson Justus.

CPI do Pedágio: titular, Plauto Miró e suplente, deputado Durval Amaral.

CPI da Copel: titular, Durval Amaral e suplente, Rafael Greca.

CPI do Banestado: titular, deputado Nelson Justus e suplente, deputado Elio Rusch. **Ao departamento legislativo para as devidas anotações.**

Do deputado Ademar Traiano, líder do PSDB. Faz a indicação para as Comissões Parlamentares. Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel: titular, deputado Ademar Traiano e suplente, Francisco Bühler; Comissão Par-

lamentar de Inquérito Paranacidade: titular, Luiz Fernando Litro e suplente, Francisco Bühler; Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio: titular, Ademar Traiano e suplente, Luiz Fernando Litro; Comissão Parlamentar de Inquérito dos Jogos Mundiais de natureza: titular, Luiz Fernando Litro e suplente, Francisco Bühler; Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado: titular, Francisco Bühler e suplente, Luiz Fernandes da Silva Litro. **Ao Departamento Legislativo, para as devidas anotações.**

Do deputado Valdir Rossoni, líder do PTB. Indica os deputados abaixo relacionados, para compor as CPI's, conforme segue: Paranacidade: deputado Carlos Simões; Copel: deputado Nelson Garcia; Jogos Mundiais da Natureza: deputado Luiz Accorsi; Banestado: Ailton Araújo; pedágio: deputado Valdir Rossoni; Bloco Parlamentar Agropecuário, deputado Jocelito Canto.

Solicito ao líder do PTB, deputado Valdir Rossoni, que faça a gentileza de comunicar em separado a composição do Bloco Parlamentar Agropecuário e nós faremos a eliminação da indicação do deputado Jocelito Canto neste requerimento. **À Diretoria Legislativa, para as devidas anotações.**

Do deputado Duílio Genari, líder do PPB, também indica representantes da Bancada do PPB, a compor as Comissões Parlamentares de Inquérito: Banestado: titular, deputado Miltinho Pupio e suplente, deputado Fernando Ribas Carli; Copel, titular deputado Fernando Ribas Carli, e suplente, deputado Duílio Genari, Paranacidade: titular, deputada Cida Borghetti e suplente, deputado Duílio Genari; Jogos Mundiais da Natureza: titular, deputado Fernando Ribas Carli e suplente, deputada Cida Borghetti; Pedágio: titular, deputado Duílio Genari e suplente, deputado Fernando Ribas Carli. **À Diretoria Legislativa para as devidas anotações.**

Do líder da Bancada do PPB, que o indica, os representantes da Bancada para o Bloco Parlamentar Agropecuário, deputado Duílio Genari, como titular e suplente, deputado Fernando Ribas Carli. **À Diretoria Legislativa, para as devidas anotações.**

Requerimento nº 263 de autoria do deputado Nereu Moura com apoio dos deputados Renato Gaúcho, Ademir Bier, Reni Pereira, Marcos Isfer e demais deputados, constante do expediente, solicitando ampliação do número de membros da Comissão Parlamentar de Inquérito-CPI do pedágio de 07 (sete) para 11 (onze) membros. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Senhor presidente.

Requerimento de CPI não cabe pedido de discussão; é regimental. Está preenchendo o requisito, com mais de dezoito assinaturas. Cabe à Mesa receber o requerimento e determinar ao Departamento Legislativo, para que faça os encaminhamento necessários.

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Senhor presidente, achei muito interessante a proposição do deputado Nereu Moura.

Entretanto, não cabe nem sequer discutir esse requerimento, mesmo porque ele não cabe no Regimento Interno, porque estamos com cinco CPI's devidamente instituídas.

V. Exa., com a sabedoria que lhe é peculiar, declinou o nome de todos os membros dessas CPI's, perfazendo o total de sete membros na CPI dos Jogos da Natureza, do Pedágio e do Paracaidismo e nove membros na CPI da Copel e onze membros na CPI do Banestado. Aliás, estas CPI's, com o número de membros, bem como todo o teor do requerimento, foi preenchido pelo deputado de sustentação política do governo pela Situação. Eu aprendi, e isso é óbvio para todos nós, que o requerimento, uma vez feito, formalizado, está feito.

Não cabe aqui tentar remendar aonde não cabe o remendo. Se a situação se equivocou na apresentação do requerimento, nós da Oposição não podemos concordar, em hipótese nenhuma, sequer com o recebimento deste requerimento, por isso pedimos o adiamento da discussão.

Agora quero dizer aos deputados da Base do Governo com todo respeito que tenho a cada um deles: tentar modificar CPI nesse momento ensejará com certeza o nosso recurso ao Poder Judiciário, e aí estas CPI's, nobre deputado Ângelo Vanhoni, líder do Governo, com toda certeza não prosperarão, porque vocês estarão nos dando argumento. Estou dizendo claramente aqui, um argumento legal para que a gente possa discutir inclusive na defesa do Poder Judiciário; não é possível alterar os requerimentos neste momento.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, carece de fundamento a alegação do eminente líder da Oposição, deputado Durval Amaral; não é regimental. O pedido de alteração do número de deputados da CPI é exatamente para dar maiores condições de trabalho para a CPI. E estou amparado no Regimento da Assembléia Legislativa, que diz que para constituir uma CPI depende apenas e tão somente de 18 assinaturas. O nosso requerimento é composto por 21 assinaturas, senhor presidente.

A CPI não foi instalada ainda, ela apenas foi encaminhada à Mesa. Ela será instalada a partir do momento em que a Mesa Executiva publicar uma resolução constituindo a CPI, nomeando a CPI, recebendo as indicações das lideranças partidárias.

Desta forma, senhor presidente, não nos amedronta a ameaça do deputado Durval Amaral de recorrer ao Poder Judiciário, não! Eu mantenho o meu requerimento e V. Exa., como diz o Regimento Interno, aceite a minha sugestão, deputado Augustinho Zucchi, aceite-o e determine ao Departamento Legislativo que faça o encaminhamento necessário.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)**

Gostaria que a Mesa Executiva trouxesse alguma explicação, do ponto de vista regimental, das alegações interpostas pelo deputado Durval Amaral em relação ao requerimento feito pelo deputado Nereu Moura.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado Ângelo Vanhoni, a Comissão Parlamentar de Inquérito que diz respeito ao requerimento encaminhado à Mesa, já foi constituída; apenas e tão somente não foi instalada.

A Mesa recebe o requerimento. Vou dar por tomada esta posição da presidência da Mesa com relação a esta questão. A Mesa cata o requerimento e coloca-o em votação. Como na discussão foi pedido para discutir, é de amparo regimental que se adie o requerimento para amanhã, mas ele será acatado pela Mesa e colocado em votação ao Plenário. Como a CPI ainda não foi instalada, obviamente poderá se mudar o número, desde que o Plenário assim entenda.

Por ora, o requerimento encaminhado à Mesa, solicitado pela deputado Valdir Rossoni a sua discussão, adia-se na forma regimental, e portanto será discutido amanhã.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

V. Exa. não trouxe o esclarecimento suficiente.

A pergunta que eu faço é a seguinte: de acordo com o Regimento, entendimento da Mesa Executiva e da assessoria técnica, este requerimento pode e tem amparo jurídico, legal e regimental para ser aprovado, sem prejuízo das CPI's?

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Segundo, deputado Vanhoni a assessoria da Mesa e segundo pude verificar no Regimento Interno, é perfeitamente possível receber o requerimento e por isso o faço, senão a Mesa não o receberia.

É possível recebê-lo e se determinado pelo Plenário, poderá, esse é o entendimento da Mesa, até porque, deputado Vanhoni, a CPI ainda não foi instalada, embora tenha sido constituída.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

A Mesa poderá...

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Como o deputado Valdir Rossoni pediu para discutir, adia-se na forma regimental.

**O SR. ELIO RUSCH**

E dá exatamente o tempo suficiente para que a Mesa possa procurar os meios legais se o requerimento tem fundamento técnico e até constitucional, regimental!

**O SR. NELSON JUSTUS (Pela Ordem)**

Senhor presidente, eu quero entender que tanto a argumentação do deputado Vanhoni como a do deputado Elio Rusch é intempestiva, nesta hora. A partir do momento que o deputado pediu a discussão, “Inês é morta”! Não temos que discutir o mérito de nada. Se o requerimento vale ou não vale, isso é outra discussão; está adiado para amanhã! Eu só posso entender dessa maneira.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

A Presidência concorda, em absoluto, com o deputado Nelson Justus, até porque o regimento é sábio nesta questão, o tempo para discutir existe justamente para que dúvidas sejam dirimidas, e quando voltar à discussão, possa se fazer o contraditório e tomar a decisão que seja soberana.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, eu respeito a decisão de V. Exa. que preside a Sessão, em que pese estar convencido que nosso requerimento está amplamente amparado no Artigo 36 do Regimento Interno da Casa, todavia, acato a decisão de V. exa. e transferimos a discussão para manhã.

Muito obrigado.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)**

Há um requerimento interposto e adiado, solicitado pelo deputado Durval Amaral e eu gostaria de fazer uma consulta à Mesa. Este requerimento diz respeito a uma CPI, se não estou enganado, ampliação de número em relação à Comissão do Pedágio? Sim? Ótimo!

A pergunta que faço a Mesa é a seguinte: A Mesa Executiva tinha anunciado na semana anterior ao carnaval que 10 dias seriam transcorridos para que os líderes partidários indicassem os nomes. Ontem seria este dia e ontem foi aprovado um requerimento de Plenário para que se adiasse para hoje. Hoje os partidos indicaram os nomes. Minha pergunta: - amanhã a Mesa Executiva da Assembléia Legislativa vai proceder a que horas a instalação das 4 outras CPI's?

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

A Mesa poderá fazer a instalação das demais CPI's com exceção da CPI do Pedágio obstada por este requerimento que acabamos de discutir. O deputado Hermas Brandão está acamado, não pôde presidir a Sessão de hoje, mas agora há pouco tentamos entrar em contato com ele, para que pudéssemos definir a instalação das demais CPI's, na data de amanhã, para que, obviamente pudéssemos cumprir aquilo que foi determinado por este Plenário.

Posso inclusive, se V. Exa. me permitir, ler aqui a indicação de todos os membros para cada CPI, com exceção da CPI do Pedágio, cuja discussão fica postergada.

**CPI DO BANESTADO - 11 (onze) membros**

PT - Pedro Ivo Ilkiv e Luciana Rafagnin; PMDB - Delegado Bradock e Ademir Bier; PDT - Neivo Beraldin; PPB - Miltinho Pupio; PPS - Waldir Leite; PFL - Nelson Justus; PSDB - Francisco Bühner; PTB - Ailton Araújo; PSB - Luciano Ducci.

**PARANACIDADE - 7 (sete) membros**

PPB - Cida Borghetti; PFL - Elio Rusch; PSDB - Luiz Fernandes da Silva Litro; PT - Padre Paulo; PMDB - Artagão Júnior; PDT - José Maria Ferreira; PTB - Carlos Simões.

**JOGOS MUNDIAIS DA NATUREZA**

PT - Elton Welter; PMDB - Dobrandino da Silva; PDT - Renato Gaúcho; PPB - Fernando Ribas Carli; PFL - Cleiton Kielse; PSDB - Luiz Fernandes da Silva Litro; PPB - Luiz Accorsi.

**COPEL - 9 membros:**

PT - Tadeu Veneri; PMDB - Elza Correia; PPS - Marcos Isfer; PDT - Barbosa Neto; PPB - Fernando Ribas Carli; PFL - Durval Amaral; PSDB - Ademar Traiano; PFL - Nelson Garcia; PSB - Ratinho Júnior.

São esses os membros indicados pelos partidos, para as Comissões. A Comissão do Pedágio terá a discussão desse requerimento apresentado. Posteriormente, serão anunciados os nomes.

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Desde que o senhor anunciou todos os membros que compõem as demais CPI's e todos os membros da CPI do Pedágio já estão indicados pelos partidos respectivos, solicito a V. Exa. que decline o número de membros e quais os representantes de cada um desses partidos na CPI do Pedágio, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado Durval Amaral, não vamos declinar o número de membros e sua constituição, porque vou atender a Questão de Ordem do deputado Nelson Justus. Enquanto não se decidir essa questão do requerimento proposto, nós não vamos colocar para o Plenário a constituição de uma comissão que não existe de fato.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Declinando os nomes dos partidos que indicaram, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Os nomes nós podemos fazer, porque é público e assinado pelas lideranças partidárias.

**O SR. ANTONIO ANIBELLI (Pela Ordem)**

Gostaria que V. Exa., se tivesse os nomes dos respectivos suplentes dos partidos indicados, que também fizesse a leitura. Se não o fizer, não estará completa a

indicação dos membros, porque sabemos que hoje ainda assumiu um suplente na Casa que está sendo indicado para as Comissões. E gostaríamos que todo mundo soubesse das indicações feitas hoje, último dia, dos respectivos suplentes, como o PMDB fez através desta liderança.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Solicito à Mesa que providencie os membros suplentes das indicações, aqui efetuadas.

**O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)**

Enquanto se discute os membros das outras Comissões, quero aproveitar esse momento para agradecer aos 11 membros da Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado, onde por unanimidade escolheram-me como presidente, e o deputado Delegado Bradock, relator.

Era o agradecimento que queria fazer do bom senso da unanimidade e dar assim, o ponta pé inicial da CPI. A CPI do Banestado já está com seus membros escolhidos.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

A instalação das comissões será devidamente anotada, se assim a comissão definir, conforme V. Exa. comunica.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Indago a V. Exa. se algum Partido com representação na CPI do Pedágio, deixou de indicar algum membro.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Dos Partidos que tinham a possibilidade de indicação pelo número de deputados que compunham a devida CPI, já haviam indicado, segundo a Mesa nos comunica. Mas, deputado Durval Amaral, nós não faremos aqui.

Vamos declinar os nomes porque é público.

**O SR. ANTONIO ANIBELLI**

V. Exa. não pode declinar os nomes, porque, em caso de ser aprovado outro requerimento, haverá alteração nos nomes. E, os Partidos que não o fizerem, como não estão completas as indicações, porque faltam os suplentes, não existe ainda definição por parte da Presidência.

**O SR. JOCELITO CANTO**

Gostaria que V. Exa. falasse de novo os nomes da Comissão do Paranacidade.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

PPB: Cida Borghetti; PFL: Elio Rusch; PSDB: Luiz Fernandes da Silva Litro; PT: Padre Paulo; PMDB: Artagão Júnior; PDT: José Maria Ferreira; PTB: Carlos Simões.

**O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)**

Sabemos que é público, o deputado Hermas Brandão, presidente da Casa, tem insistido aqui, já na semana anterior ao Carnaval, que os líderes partidários indicassem os seus representantes nas cinco comissões, e foi marcada a data de segunda-feira. Num entendimento que houve nas Lideranças, tanto do Governo como da Oposição, ficou acordado que a data seria ontem. E o presidente Hermas Brandão, no dia de ontem, lemos na imprensa hoje, nos jornais da Capital, quando deixou claro que os líderes que não indicassem os nomes para as respectivas comissões, ele o faria conforme o Regimento Interno.

Diante das declarações do presidente Hermas Brandão e o encaminhamento feito por todos os líderes partidários que compõem aqui na Assembléia e têm direito à indicação dos seus representantes nas comissões solicitadas, ou seja, nas cinco solicitadas, apelo mais uma vez a V. Exa. que decline o nome dos sete que já foram indicados pelos respectivos Partidos para integrar a Comissão do Pedágio.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado Elio Rusch, as declarações do deputado Hermas Brandão fazem sentido antes do requerimento discutido aqui. Há uma nova realidade fática decidida por esta Mesa e que será apreciada pelo Plenário amanhã.

E, em consulta à Mesa, deputado Elio Lino Rusch, se aprovado este requerimento de amanhã, muda a composição da Mesa. Agora, volto a repetir: os nomes são públicos, indicados pelos Partidos. A Mesa pode fornecer a qualquer deputado que queira os nomes.

**O SR. ELIO RUSCH**

Mas anuncie, senhor presidente! É público e notório que o Plenário pode saber, sim, dos nomes que foram indicados. Não tem nada que impeça! Foi indicado pelos líderes partidários. Por que não podemos saber?

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

V. Exa. poderá saber dos nomes que foram indicados pelos Partidos, mas a Mesa - de forma oficial - não vai aqui se pronunciar sobre os nomes que constituem a CPI, porque a CPI não está constituída oficialmente. V. Exa. há de entender que esta Presidência não vai declinar de nomes de uma comissão que não foi constituída, porque há um requerimento que pede, sobre ela, a sua mudança.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Nereu Moura.

**O SR. NEREU MOURA**

Senhor presidente, V. Exa. está correto. Acho que este assunto está encerrado e V. Exa. está tomando a decisão mais correta de independência, porque é um assunto que está em discussão e não tem porque V. Exa. precipitar-se e revelar os nomes pela metade. Amanhã este

assunto vai ser liquidado, porque o Plenário desta Casa, soberanamente, vai decidir sobre ele.

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Senhor presidente, muito obrigado pela maneira isenta com que o senhor conduz os trabalhos na presença da Assembléia Legislativa nesta tarde, nem poderia ser de forma diferente. Mas, peguei na mesa a relação: o deputado André Vargas, na CPI do Pedágio, representando o PT; Alexandre Curi, o PMDB; Vanderlei Iensen, o PDT; Duílio Genari, o PPB; Plauto Miró Guimarães, o PFL; Ademar Traiano, o PSDB; Valdir Rossoni, o PTB; totalizando sete membros, cumprindo os requisitos requeridos no próprio requerimento que constituiu a CPI do Pedágio no Estado do Paraná.

Muito obrigado pela sua isenção,

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado Durval Amaral, V. Exa. sabe que este deputado, sempre que assumiu a presidência, sempre prezou pela total isenção, não tenho Partido aqui, absolutamente. Apenas e tão somente, deputado Durval Amaral, como presidente, não posso dar uma posição aqui que, amanhã ou depois, juridicamente, possa ser questionada do ponto de vista institucional.

Na Presidência da Assembléia tenho o dever público de prezar pela instituição. Agora, V. Exa. faz bem; a indicação é pública. V. Exa. leu a indicação, portanto, aqueles que queriam saber, já ficaram sabendo.

**O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)**

Agradeço pela atenção de V. Exa. mas quero colocar aqui que estão acontecendo hoje, nesta Casa, dois episódios que vão ficar marcados. Primeiro a questão da votação dos vetos. Algo inusitado aconteceu dentro desta Casa, que nunca tinha acontecido. O presidente, se estiver equivocado, gostaria de ser aqui chamado a atenção, mas se não me falha a memória, o presidente Hermas Brandão anunciou que a data-limite era o dia de hoje para que se comunicasse à Mesa os membros representantes dos devidos partidos.

Está acontecendo a abertura de dois precedentes, que de repente, o jogo já começou e não sei qual é o motivo de que nós vamos mudar a regra do jogo aos dez minutos do primeiro tempo. Isto é uma preocupação que trago a esta Casa, nós temos que ter o cuidado, porque senão, daqui há pouco, outros precedentes estarão sendo abertos e as decisões são soberanas, principalmente é soberana quando é secreta.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado Valdir Rossoni, apenas esclarecendo mais uma vez, na condição de presidente eu não posso declinar de nomes compondo uma Comissão.

Sobre esta Comissão pesa um requerimento impedido à Mesa e que poderá mudar a Comissão. Apenas e tão somente estou aqui preservando institucionalmente a

Assembléia, porque, como presidente, não estarei respondendo quem, sabe amanhã ou depois uma questão jurídica, por não ter sido precavido com relação à orientação técnica e jurídica dada à Mesa.

Concedo a palavra ao deputado Ângelo Vanhoni, pela ordem.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Entendo o posicionamento do deputado Durval, a intenção do deputado Elio Rusch, do meu querido amigo líder do PTB, deputado Valdir Rossoni. Há uma tentativa de fazer com que V. Exa. pronuncie os nomes da CPI do Pedágio, para que este pronunciamento sirva de base legal para o futuro questionamento jurídico que o deputado Durval já anunciou ao Plenário da Assembléia.

É preciso que V. Exa. deixe mais uma vez bem claro que a presidência desta Casa não anunciou o nome da CPI do Pedágio, pois esta ainda é tema de debate em função de um recurso, em forma de requerimento apresentado pelo deputado Nereu Moura, o qual de forma regimental foi adiado pelo deputado Durval Amaral.

Então, gostaria que V. Exa. deixasse isso bem claro, para que não haja dúvidas nas cópias taquigráficas, em função do que foi dito até agora.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado Ângelo Vanhoni, não vou aqui refazer a argumentação. A Mesa recebeu um requerimento, acolheu na sua forma regimental, foi pedida a sua discussão, adiamos na forma regimental e a Mesa entende que o assunto está encerrado.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, o artigo 36 do Regimento Interno, nos deu amparo para que pudéssemos fazer o requerimento em tela, amparado no parágrafo 5º que diz: “a Comissão Parlamentar de Inquérito terá sua composição numérica indicada no requerimento ao projeto de resolução, respeitada a proporcionalidade da representação partidária”. Nós estamos alterando o requerimento que nós apresentamos.

Parágrafo 2º do artigo 36, recebido o requerimento, o presidente o mandará a publicação, desde que satisfeitos os requisitos regimentais. Caso contrário, devolvê-los-á ao autor, cabendo desta decisão, recursos ao Plenário, no prazo de cinco sessões.

Ora, senhor presidente, se hoje era o prazo para apresentar os nomes, nós estamos dentro do prazo regimental!

Se nós da Assembléia Legislativa, 54 deputados, pretendemos... nós estamos fazendo uma inversão da ordem dos valores. Qual é o objetivo da CPI do Pedágio e das outras demais CPI's? Fazer uma ampla e sincera investigação! Não interessa os números, se são 7, 9 ou 11 o importante é que se faça uma ampla e sincera investigação!

Não há porque imaginar e ficarmos aqui discutindo os números. Não! Por quê 7 deputados. Ora, se nós pudermos ter 11 deputados, por quê ter 7 na CPI? Qual é o problema, senhor presidente, de aumentarmos de 7 para 11 os membros da CPI?

Não dá para imaginar que a gente queira, com subterfúgios, imaginar coisas que não existiram.

Por isso, senhor presidente não vejo motivo nenhum para essa discussão, aqui nesta Casa.

O requerimento foi apresentado, V. Exa. com sabedoria encaminhou corretamente, nós acatamos a sua decisão. Está aqui, no parágrafo II, do artigo 36, do nosso Requerimento Interno, que é o documento que disciplina a nossa convivência, aqui, dentro desta Casa.

Diz que “existe o recurso de Plenário, que após 5 sessões pode ser apresentado recurso”.

Nós estamos encaminhando e V. Exa. vai colocar em votação amanhã. Este Plenário é soberano, para dar o encaminhamento que achar que deve ser dado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Pela ordem, deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Quero reiterar aqui, as palavras ditas, pelo nobre líder da nossa Oposição deputado Durval Amaral, quando ao se reportar a V.Exa, com muita clareza, com muita evidência, deixou clara, a isenção da Mesa, com relação à condução do assunto em pauta.

Portanto, entendo eu que V. Exa. tendo anunciado e lido todos os requerimentos apresentados pelos líderes partidários, citando os nomes dos membros que farão parte das comissões, das CPI's, praticamente deu como fato consumado a indicação dos deputados.

Por essa razão, gostaria de requerer à Mesa cópia das notas taquigráficas em que V. Exa. anunciou os nomes das indicações partidárias, dos deputados que farão parte das CPI's.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

As notas taquigráficas estão à sua disposição.

Não há mais nada a decidir sobre essa questão porque a posição já foi tomada pela Mesa.

Requerimento nº 265, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 229, de autoria do deputado Artagão Júnior, com apoio dos deputados Nelson Garcia e Marcos Isfer. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 232, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 233, de autoria do deputado Luciano Ducci, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 238, 240 e 241, de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 242, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 245, 245A, 247 e 248, de autoria do deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 249 e 250, de autoria do deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 260, de autoria do deputados Padre Paulo e da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 266, de autoria do deputados Ângelo Vanhoni, Pedro Ivo Ilkiv, Elton Welter, André Vargas e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (**Pela Ordem**)

Gostaria que ficasse registrado na ata dos trabalhos desta Sessão, que a Mesa não leu o nome dos suplentes das indicações das cinco comissões.

As indicações estão incompletas até às 16:45 do encerramento desta Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A mesa pede escusas, porque não recebemos a indicação de todos os suplentes. No caso dos presidentes, sim.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Só para colaborar, uma vez que os titulares foram indicados, nada impede que a comissão seja instalada e já esteja constituída.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Os membros efetivos das comissões que estavam aptas a serem instaladas, foram lidos por esta presidência.

Portanto, estão plenamente satisfeitos os itens regimentais para que as Comissões sejam instaladas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 074/2002, 083/2003, 084, 086, 094 e 106/2002.

Levanta-se a Sessão.

## Relatoria da CCJ:

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETOS DISTRIBUIDOS PARA RELATORIA EM 11.03.2003

Projeto de Lei nº 001/2003 - autoria do deputado Edson Praczyk, que dispõe sobre a utilização de programas abertos pela administração direta, indireta e funcional do Estado do Paraná.

Projeto de Lei nº 018/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre a utilização de programas

abertos, livres de restrições proprietárias quanto a sua cessão, alteração e distribuição pelo Estado do Paraná.

**Ambos anexos - Relator: deputado Marcos Isfer**, enviado em 11.03.2003.

Projeto de Lei nº 014/2003, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que altera os limites do município de Campo Largo com o município de Itaperuçu. **Relator: deputado Tadeu Veneri**, enviado em 11.03.2003.

Projeto de Lei nº 016/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre a realização de plebiscito diante de propostas de obras e serviços estaduais de grande vulto. **Relator: deputado Marcos Isfer**, enviado em 11.03.2003.